



Demonstração Financeira

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 14 de março de 2023, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 que estão sendo apresentadas.

Leonel Dias de Andrade Neto
Diretor Presidente

Marcelo Kopel
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi um marco na trajetória da CVC Corp no que tange à **Transformação Digital** e o desenvolvimento da omnicanalidade, com entregas relevantes, tais como novo sistema de frente de lojas e interação com clientes no B2C, Programa de Fidelidade (intitulado Clube CVC), Central de Financiamento (ou Marketplace de Crédito) e sistema de precificação dinâmica de produtos. Estas entregas nos permitem buscar novos patamares de eficiência e possibilitarão usufruir de uma maior eficiência de operação e, conseqüentemente, alavancagem operacional. Adicionalmente, vale destacar a evolução do nosso CRM, que já supera 34 milhões de clientes contatáveis, criando assim, sustentação para uma jornada de relacionamento através de campanhas direcionadas e que contribuirão no aumento da conversão e fidelização dos clientes, nosso CRM já está integrado com a nova plataforma do B2C e com todos os canais de venda (website, loja e app).

Foram mais de R\$ 400 milhões investidos em tecnologia desde 2020, dos quais mais de R\$ 240 milhões somente em 2022, recorde absoluto da companhia e que encerra um ciclo mais acelerado de desenvolvimento de ferramentas. Por tudo o que foi feito ao longo de 2022, a CVC conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o prêmio Top of Mind na categoria “Agência de Turismo” e estreou em destaque na nova categoria “Aplicativo de Turismo”.

Em linha com a estratégia de digitalização, lançamos, há poucas semanas, o ConecTaaS, uma nova plataforma para integração de APIs, que aumenta a conectividade e facilita o acesso das agências para venda de produtos. A plataforma é *plug and play* e funciona como uma vitrine de produtos.

Com o objetivo de ampliar os meios de pagamento e conveniência para nossos clientes, recentemente passamos a permitir a utilização de pontos Lívolo, que podem ser utilizados para cobrir o valor total ou parcial da compra de produtos de viagens. Esta novidade já está disponível em toda a rede CVC e todos os clientes Lívolo podem usufruir desse novo benefício em todas as lojas físicas da CVC. Possuímos uma parceria de longa data com a Lívolo, desde 2016, quando nos tornamos fornecedores de produtos relativos ao setor de turismo, através do site oficial do programa de recompensas da empresa.

Em relação aos resultados, ao longo de 2022, as reservas e nosso resultado progrediram, demonstrando a recuperação do mercado e capacidade de execução da Companhia. As reservas confirmadas e consumidas apresentaram crescimento tanto no Brasil quanto na Argentina, e conseqüentemente crescimento da receita líquida entre períodos. Nossas entregas, sejam de resultados ou de aperfeiçoamento da nossa operação, se alinham a nossos valores, em especial o Honramos nossos Compromissos (correspondente a letra “H”, do nosso SONHO).

Ao longo de 2022, nos empenhamos em apoiar nossos clientes no uso dos créditos de viagens oriundos das restrições impostas pela pandemia. Esse montante reduziu 62% em relação ao saldo final de 2021 (de R\$ 761 milhões para R\$ 293 milhões). Nós também avançamos na frente de eficiência operacional, que resultou em melhor controle de despesas. No início do 4T22 iniciamos processo de reavaliação de estruturas, racionalização de fornecedores, além de uma grande revisão de processos internos. Este processo se estenderá ao longo de 2023 e terá auxílio de consultoria externa, focando principalmente na revisão de atividades operacionais.

Diante da forte recuperação das vendas de 2022 e dos prognósticos de crescimento dos próximos anos, temos avaliado constantemente nossa estrutura de capital. Em junho último foi homologada Oferta de Ações de R\$ 403 milhões e nos encontramos, neste momento, em tratativas finais para reperfilamento da nossa dívida.



Contratamos assessor para nos auxiliar e este mês divulgamos ao mercado proposta de reperfilamento de toda nossa dívida, cuja ampla aceitação nos indica que estamos no caminho certo, construindo uma companhia mais sólida e rentável, com apoio de acionistas e debenturistas. Quando concluído, A CVC Corp terá seu menor nível de dívida bruta desde 2017.

Iniciamos 2023 com o melhor janeiro em vendas desde o início da pandemia, com todas as áreas da empresa focadas em trazer as melhores ofertas de produtos, serviços, e condições de pagamento para nosso público. Isso tudo está sendo feito amparado numa estrutura de TI renovada e robusta, com melhor experiência para o cliente, e capaz de suportar o aumento de demanda. Acreditamos que essas bases nos permitirão, ao longo do ano, aproveitar oportunidades no mercado e, assim, reportar crescimento de vendas e evolução na nossa rentabilidade.

Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao 4T22 e 2022

(As informações a seguir comparam: período de 3 meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (4T22 e 4T21, respectivamente) e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (2022 e 2021, respectivamente)).

<i>R\$ milhões</i>	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita líquida	321,4	314,0	2,4%	1.221,6	825,9	47,9%
Despesas de vendas	(62,1)	(64,8)	-4,2%	(243,3)	(159,8)	52,2%
Despesas gerais e administrativas	(249,3)	(254,7)	-2,1%	(908,4)	(801,0)	13,4%
Outras receitas(despesas) operacionais	73,0	(29,9)	n.a.	96,7	(100,2)	n.a.
EBITDA	83,0	(35,4)	n.a.	166,5	(235,1)	n.a.
Depreciação e amortização	(53,4)	(60,7)	-12,0%	(203,2)	(208,6)	-2,6%
Equivalência patrimonial	(0,3)	-	n.a.	(0,9)	-	n.a.
Resultado financeiro	(111,6)	(42,1)	165,1%	(309,5)	(101,7)	n.a.
Imposto de renda	(14,4)	(7,5)	92,1%	(86,4)	58,7	n.a.
Prejuízo	(96,8)	(145,8)	-33,6%	(433,4)	(486,6)	-10,9%

Receita líquida

A Receita Líquida em 2022 cresceu 47,9% frente a 2021, reflexo do desempenho nas Reservas Consumidas, contribuindo para a melhora dos resultados operacionais. No 4T22, a Receita Líquida foi similar ao mesmo período do ano passado, com o crescimento das Reservas parcialmente contraposto, por retração no take rate, em virtude do mix de negócios e de produtos, como o aumento das vendas de produto marítimo e menor ocupação em produtos exclusivos em certas localidades.

Despesas de vendas

No 4T22, as Despesas de vendas da CVC Corp reduziram 4,2% em comparação ao 4T21 enquanto que no acumulado do ano cresceram 52,2%, reflexo do aumento das Reservas Consumidas na Argentina e no Brasil.

No Brasil, houve diferente calendarização das despesas de marketing ao longo dos trimestres, fruto da necessidade do negócio e ambiente do setor de turismo, estando o crescimento da rubrica, em 2022, similar ao crescimento das Reservas Confirmadas do B2C, lembrando que em 2022 celebramos 50 anos da CVC e tivemos ações de marketing ligadas a isso.



Em 2022 as Despesas com Cartão de Crédito no Brasil tiveram crescimento inferior ao das Reservas Consumidas (+47,3%), fruto das oscilações usuais no mix de recebimento ao longo do ano. Adicionalmente, no 4T22, houve efeito do aumento de reservas consumidas do produto marítimo, no qual o pagamento é processado diretamente na armadora, sendo a CVC Corp apenas comissionada por este serviço.

Ao longo do ano, houve menor representatividade do uso de boletos, principalmente em virtude da implantação da central de financiamentos (Marketplace de Crédito)."

Por fim, a PCLD acumulada do ano de 2022 retrata o crescimento das operações ocorrida no ano, que segue com regras conservadoras na concessão de crédito, bem como observa-se que em 2021 essa rubrica apresentou valor positivo em virtude de alto volume de reversões de provisões constituídas no ano de 2020, por ocasião da pandemia.

Na operação argentina, houve redução nas despesas de vendas, quando comparadas com o 4T21, por (i) redução das despesas associadas ao processamento de pagamentos por cartão de crédito, dada restrição imposta pelo governo na forma de parcelamento de viagens internacionais na operação de varejo (sobretudo Almundo), acarretando mais pagamentos à vista e (ii) menores despesas com marketing, assim como no Brasil, em função da calendarização destas despesas ao longo dos trimestres. Na comparação anual as despesas com vendas permaneceram estáveis.

Despesas gerais e administrativas

As Despesas gerais e administrativas ficaram praticamente em linha quando comparadas às do 4T21 pela racionalização e maior controle de despesas fixas contraposta pelos efeitos de acordos sindicais (reajuste de 5,82%, a partir de novembro de 2022 no Brasil e de cerca de 65% na moeda local da Argentina nos últimos 12 meses). No acumulado do ano, o fortalecimento de algumas áreas, como Operações e TI, contribuíram para o aumento de 13,4% nesta rubrica, além dos efeitos, ao longo do ano, de reajuste salarial no Brasil de 10% ocorrido em novembro de 2021.

No 4T22 foi iniciado um programa formal de aumento de eficiência, focando na racionalização de estruturas e processos, com conseqüente redução de despesas. Dado os investimentos feitos em automação ao longo dos últimos anos, foram feitos ajustes na estrutura gerencial da CVC Corp, parte realizada no 4T22 e parte em janeiro/23. Este programa de eficiência seguirá ao longo de 2023, focado principalmente em processos/atividades operacionais.

As Outras Receitas/Despesas Operacionais registraram valor positivo de R\$ 73,0 milhões composto principalmente por (i) reversão de provisões para riscos provenientes de aquisições passadas, que não se materializaram, (ii) receitas provenientes de incentivos de distribuidores de bilhetes aéreos e parcialmente compensados por (iii) despesas com reembolsos e cancelamentos. No 4T21, esta rubrica havia registrado montante negativo em decorrência, principalmente, de despesas incorridas pela descontinuação das operações da Companhia Aérea ITA. Em 2022 esta rubrica registou o valor positivo de R\$ 96,7 milhões, principalmente pelos efeitos citados do 4T22, em especial incentivos de distribuidores de bilhetes aéreos, fruto da recuperação das Reservas Confirmadas ao longo do ano.



EBITDA e EBITDA Ajustado

<i>R\$ milhões</i>	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
EBITDA	83,0	(35,4)	n.a.	166,5	(235,1)	n.a.
(-) Itens não recorrentes	75,6	(53,4)	n.a.	74,6	(46,1)	n.a.
(+) Taxa de Serviços - Fee Boletão	(3,2)	(9,1)	-65,3%	(19,3)	(29,8)	-35,3%
EBITDA Ajustado	4,2	8,9	-52,4%	72,6	(218,8)	n.a.

No 4T22, A CVC Corp registrou EBITDA de R\$ 83,0 milhões, frente ao resultado negativo de R\$ 35,4 milhões no 4T21, influenciado principalmente pelo controle das Despesas Operacionais e também pelo resultado positivo das Outras Receitas/Despesas Operacionais, conforme descrito acima; enquanto que o EBITDA do ano alcançou R\$ 166,5 milhões, R\$ 401,6 milhões superior ao registrado em 2021.

Efeitos não recorrentes

As Despesas não recorrentes no 4T22 totalizaram valor positivo de R\$ 75,6 milhões, montante composto majoritariamente pela reversão de provisões.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro totalizou despesa líquida de R\$ 111,6 milhões no 4T22, o aumento em comparação ao 4T21 deve-se, principalmente, aos efeitos do aumento do CDI médio que incide sobre a dívida líquida (7,63% a.a. no 4T21 para 13,65% a.a. no 4T22) e encargos sobre as antecipações de recebíveis, sendo R\$ 998,6 milhões o montante de antecipações realizadas neste trimestre, em virtude da maior necessidade de caixa do período dado a sazonalidade do negócio e crescimento das operações.

A variação cambial registrou, no 4T22, perda de R\$ 4,5 milhões (que incluem marcação a mercado de derivativos de proteção - hedge) ante ganho de R\$ 17,0 milhões no 4T21, em função do resultado da variação da marcação a mercado de derivativos, da variação cambial sobre saldo de bancos e pagamentos internacionais.

No acumulado do ano, a variação do Resultado Financeiro está atrelada (i) ao aumento do CDI médio do período que incide sobre a dívida líquida, a qual saiu de 4,46% a.a. em 2021 para 12,45% a.a. em 2022, (ii) às despesas incorridas com antecipações de recebíveis ao longo de 2022 e também (iii) ao aumento em Outras Despesas Financeiras de R\$ 22,1 milhões em comparação a 2021, é majoritariamente explicado pelo incremento nos juros das aquisições feitas no passado e imposto sobre operações financeiras (IOF). Para mais detalhes sobre Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa 22 da Demonstração Financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em decorrência da Lei do PERSE, as alíquotas de IR/CSLL passaram a ser zero para as operações no Brasil. Entretanto, no 4T22, o montante de R\$ 14,4 milhões negativo apresentando nesta linha, refere-se majoritariamente às operações no exterior e tributos diferidos cuja realização ocorrerá após o período de vigência da referida lei (mar/27). Adicionalmente, no período, houve a reversão de provisão para perda de créditos fiscais sobre prejuízo fiscal em uma das controladas da CVC Corp, dado a adesão ao Programa de Antecipação de Dívidas da PGFN 8.798/2022.



No acumulado do ano, houve reversão de créditos tributários diferidos, que geraram impacto contábil negativo de R\$ 86,4 milhões, sendo que deste montante, R\$ 62,1 milhões foram baixados no 1T22, em decorrência da Lei do PERSE. Em 2021, por outro lado, a Companhia ainda constituía créditos tributários ao longo do 1S21, sendo que desde no 3T21 não foram mais constituídos créditos tributários diferidos na operação do Brasil. Para mais detalhes sobre IR/CSLL, vide Nota Explicativa 15 da Demonstração Financeira.

Prejuízo

No 4T22 foi registrado Prejuízo de R\$ 96,8 milhões, 33,6% inferior aos R\$ 145,8 milhões apurados no 4T21, fruto da melhora do Resultado Operacional. Em 2022, o prejuízo registrado foi de R\$ 433,4 milhões, 10,9% inferior ao reportado em 2021, R\$ 486,6 milhões.

Comentários sobre as principais contas patrimoniais

Consolidado Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo & PL	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	1.962,4	2.982,9	Passivo Circulante	3.130,4	3.359,7
Ativo Não Circulante	1.955,1	1.974,2	Passivo Não Circulante	470,7	1.222,2
			Patrimônio Líquido	316,5	375,3
Total	3.917,6	4.957,2	Total	3.917,6	4.957,2

O ativo circulante totalizou R\$ 1.962,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 frente ao saldo de R\$ 2.982,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma redução de 34,2%, ou de R\$ 1.020,5 milhões. Essa variação resultou, principalmente, da redução do montante registrado na rubrica contas a receber de clientes em R\$ 577,4 milhões menor que o valor contabilizado em 31 de dezembro de 2021, explicado pelas antecipações de recebíveis, cujo impacto na data base é de R\$ 1.012,4 milhões (R\$ 503,9 milhões em 2021). Os Adiantamentos a fornecedores apresentaram redução de R\$ 269,1 milhões, reflexo os embarques do período.

Como percentual do total do ativo, o ativo circulante representava 50,1% em 31 de dezembro de 2022 e 60,2% em 31 de dezembro de 2021.

O passivo circulante totalizou R\$ 3.130,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação a um saldo de R\$ 3.359,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, explicada basicamente por:

Redução de R\$ 748,7 milhões no saldo de Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, decorrentes de pagamentos de reembolsos e utilização de cartas de crédito, no montante de R\$ 468,5 milhões e redução do saldo de contratos a embarcar no montante de R\$ 126,2 milhões.

Este impacto foi parcialmente compensado por um aumento na rubrica debêntures de R\$ 475,1 milhões, dado o vencimento da 4ª emissão de debêntures (série 1) que ocorrerá em 18/04/2023, o saldo da dívida foi reclassificado para o curto prazo. Em complemento ocorreu pagamento de debêntures e juros no valor de R\$ 281,0 milhões. Adicionalmente, houve redução do saldo de outras contas a pagar da ordem de R\$ 40,0 milhões. Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 79,9% em 31 de dezembro de 2022 e 67,8% em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, o total do patrimônio líquido foi de R\$ 316,5 milhões em comparação a um saldo de R\$ 375,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução decorre essencialmente do aumento da rubrica prejuízos acumulados, parcialmente compensado pelo aumento de capital ocorrido no exercício e pelo aumento na rubrica Reservas de Capital.



Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 31 de dezembro de 2022. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Os serviços de não auditoria no exercício totalizaram R\$ 1,2 milhões reais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas agradece aos Acionistas, Colaboradores, Franqueados, Clientes, Fornecedores, às instituições financeiras e as demais partes relacionadas, pela parceria, confiança, comprometimento e ao trabalho notável, que têm contribuído para a construção da nossa história.

Santo André, 14 de março de 2023.

A Administração



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Demonstrações do valor adicionado.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima podem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas;
- Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos;
- Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes;

- Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito e financeiras; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas diferenças nos saldos a receber com administradoras de cartão e financeiras, sendo que tais diferenças não foram ajustadas e são consideradas como imaterial para as demonstrações financeiras. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2022 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 146.913 mil na controladora e R\$ 381.834 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$361.547 mil na controladora e R\$555.326 mil no consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão manter-se em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, em decorrência dos impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia, além de possuir debêntures registradas no passivo circulante, que estão sendo reperfiladas.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados a premissas base dessa avaliação, especificamente associadas à determinação das projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas a capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data do balanço;
- Avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos;
- Leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes;
- Avaliação dos acordos sobre prorrogações e alongamentos dos vencimentos das debêntures do ano de 2022;
- Confirmação dos termos e condições do reperfilamento com os debenturistas que representam a maioria necessária para aprovação;
- Avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o pressuposto de continuidade operacional, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC SP-190451/O



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	382.304	352.045	687.545	795.839
Aplicações financeiras	5.2	118.845	131.056	127.363	190.807
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	1.047	-	1.097	-
Contas a receber de clientes	6	277.758	812.093	515.456	1.092.874
Adiantamentos a fornecedores	7	374.297	593.272	445.120	714.181
Despesas antecipadas	8	33.806	32.159	39.628	37.482
Impostos a recuperar		21.088	44.254	80.675	107.987
Outras contas a receber		18.537	14.414	65.557	43.777
Total do ativo circulante		1.227.682	1.979.293	1.962.441	2.982.947
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	271.406	134.143	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.1	830	170	-	-
Despesas antecipadas	8	23.551	25.057	23.625	25.799
Impostos a recuperar		2.231	-	4.053	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	361.547	433.620	555.326	654.741
Depósitos judiciais	14.2	120.476	92.949	135.331	99.720
Outras contas a receber		185	184	11.145	12.678
Investimentos	9	667.375	698.967	4.486	-
Ativo imobilizado		19.420	22.308	36.149	38.240
Ativo intangível	10	506.560	417.448	1.130.433	1.108.119
Direito de uso de arrendamento	13	33.361	18.835	54.577	34.945
Total do ativo não circulante		2.006.942	1.843.681	1.955.125	1.974.242
Total do ativo		3.234.624	3.822.974	3.917.566	4.957.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio líquido					
<i>Circulante</i>					
Debêntures	12	693.735	218.646	693.735	218.646
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	1.614	1.398	2.010	1.776
Fornecedores	11	433.813	315.381	753.408	671.444
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	1.093.255	1.656.804	1.363.735	2.112.446
Salários e encargos sociais		108.320	98.204	145.846	138.303
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	-	3.830	5.191
Impostos e contribuições a pagar		21.942	26.079	66.456	65.788
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16.2	22.840	21.230	22.840	31.534
Passivo de arrendamento	13	11.488	8.611	16.742	12.818
Outras contas a pagar		34.337	60.713	61.793	101.758
Total do passivo circulante		2.421.344	2.407.066	3.130.395	3.359.704
<i>Não circulante</i>					
Debêntures	12	202.950	771.418	202.950	771.418
Provisão para perdas em investimento	9	25.712	19.316	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18.1	75.178	40.373	-	-
Impostos e contribuições a pagar		19.266	43.157	21.173	43.157
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	14	57.061	47.438	94.796	243.732
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16.2	90.118	97.095	90.118	97.095
Passivo de arrendamento	13	23.773	12.019	43.565	27.722
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	2.276	9.550	6.164	25.476
Outras contas a pagar		466	250	11.925	13.593
Total do passivo não circulante		496.800	1.040.616	470.691	1.222.193
<i>Patrimônio líquido</i>	17				
Capital social		1.414.018	1.371.723	1.414.018	1.371.723
Reservas de capital		812.641	478.712	812.641	478.712
Ágio em transações de capital		(183.846)	(183.846)	(183.846)	(183.846)
Outros resultados abrangentes		61.655	63.252	61.655	63.252
Ações em tesouraria		(120)	(122)	(120)	(122)
Prejuízos acumulados		(1.787.868)	(1.354.427)	(1.787.868)	(1.354.427)
Patrimônio líquido		316.480	375.292	316.480	375.292
Total do passivo e patrimônio líquido		3.234.624	3.822.974	3.917.566	4.957.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de intermediação	20	724.846	523.550	1.221.595	825.866
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>					
Despesas de vendas	21	(120.802)	(90.749)	(194.865)	(161.599)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(38.935)	(2.791)	(48.399)	1.835
Despesas gerais e administrativas	21	(546.400)	(566.542)	(1.111.626)	(1.009.544)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	21	<i>(456.911)</i>	<i>(495.433)</i>	<i>(908.446)</i>	<i>(800.956)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	21	<i>(89.489)</i>	<i>(71.109)</i>	<i>(203.180)</i>	<i>(208.588)</i>
Equivalência patrimonial	9	(41.474)	(214.312)	(937)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(64.396)	(53.163)	96.659	(100.200)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(87.161)	(404.007)	(37.573)	(443.642)
Resultado financeiro	22	(290.370)	(128.464)	(309.501)	(101.662)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(377.531)	(532.471)	(347.074)	(545.304)
Imposto de renda e contribuição social	15.1	(55.910)	56.128	(86.367)	58.662
Corrente		(585)	-	(859)	564
Diferido		(55.325)	56.128	(85.508)	58.098
Prejuízo do exercício		(433.441)	(476.343)	(433.441)	(486.642)
Atribuído a acionistas controladores				(433.441)	(476.343)
Atribuído a acionistas não controladores				-	(10.299)
Prejuízo por ação - básico (R\$)	23			(1,72)	(2,31)
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	23			(1,72)	(2,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(433.441)	(476.343)	(433.441)	(486.642)
Resultado líquido sobre hedge de fluxo de caixa	-	1.810	-	1.810
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(1.597)	(2.628)	(1.597)	(20.187)
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	(1.597)	(818)	(1.597)	(18.377)
Total dos resultados abrangentes	(435.038)	(477.161)	(435.038)	(505.019)
Atribuído a acionistas controladores			(435.038)	(477.161)
Atribuído a acionistas não controladores			-	(27.858)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		Capital social	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes		Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ação	Ágio em transações de capital			Ajustes acumulados de conversão	Hedge fluxo de caixa			
Saldos em 01 de janeiro de 2021		960.868	69.864	-	(169.391)	(1.767)	(878.084)	65.880	(1.810)	45.560	12.098	57.658
Aumento de capital com emissão de ações	17.1	405.003	-	413.144	-	-	-	-	-	818.147	-	818.147
Gasto com emissão de ações	17.1	5.852	-	(17.389)	-	-	-	-	-	(11.537)	-	(11.537)
Exercício de opções		-	(1.116)	-	-	1.645	-	-	-	529	-	529
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(2.628)	-	-	(2.628)	(17.559)	(20.187)
Aquisição de não controladores		-	-	-	(15.760)	-	-	-	-	(15.760)	15.760	-
Reserva para aquisição de não controladores		-	-	-	1.305	-	-	-	-	1.305	-	1.305
Hedge de fluxo de caixa	4.4	-	-	-	-	-	-	1.810	-	1.810	-	1.810
Incentivo de longo prazo	17.3	-	14.209	-	-	-	-	-	-	14.209	-	14.209
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(476.343)	-	-	(476.343)	(10.299)	(486.642)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.371.723	82.957	395.755	(183.846)	(122)	(1.354.427)	63.252	-	375.292	-	375.292
Aumento de capital com emissão de ações	17.1	42.295	-	360.512	-	-	-	-	-	402.807	-	402.807
Gastos com emissão de ações	17.1	-	-	(24.678)	-	-	-	-	-	(24.678)	-	(24.678)
Incentivo de longo prazo	17.3	-	(1.905)	-	-	2	-	-	-	(1.903)	-	(1.903)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(1.597)	-	-	(1.597)	-	(1.597)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(433.441)	-	-	(433.441)	-	(433.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.414.018	81.052	731.589	(183.846)	(120)	(1.787.868)	61.655	-	316.480	-	316.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(377.531)	(532.471)	(347.074)	(545.304)	
<i>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais</i>					
Depreciação e amortização	21	89.489	71.109	203.180	208.588
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	38.935	2.791	48.399	(1.835)
Juros e variações monetárias e cambiais		287.770	98.906	282.272	83.117
Equivalência patrimonial		41.474	214.312	937	-
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	14/24	68.123	(3.773)	(76.396)	(61.300)
Mudanças do valor justo da opção de compra		-	-	-	(3.165)
Baixa de imobilizado, intangível e contratos de aluguéis		6.655	2.681	17.818	16.169
Outras provisões		(1.540)	18.743	2.495	19.397
		153.375	(127.702)	131.631	(284.333)
<i>Redução (aumento) em ativos e passivos</i>					
Contas a receber de clientes		411.673	31.020	440.787	61.047
Adiantamentos a fornecedores		218.975	98.400	267.737	116.971
Fornecedores		118.432	4.473	92.686	170.016
Contratos a embarcar antecipados		(570.823)	(47.493)	(755.000)	(24.386)
Variação em tributos a recuperar/ recolher		9.655	39.673	19.776	48.193
Liquidação de instrumentos financeiros		(14.508)	314	(16.098)	463
Transações com partes relacionadas		(101.044)	(80.298)	-	-
Salários e encargos sociais		10.116	(2.555)	9.150	(8.482)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(585)	-	(4.713)	(1.959)
Demandas judiciais e administrativas		(23.117)	-	(32.892)	(1.069)
Variação em outros ativos		(19.583)	(136.811)	875	(179.168)
Variação em outros passivos		(26.162)	(3.400)	(35.614)	(1.734)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		166.404	(224.379)	118.325	(104.441)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</i>					
Ativo imobilizado		(10.953)	(10.504)	(16.171)	(12.110)
Ativo intangível		(160.791)	(89.002)	(223.211)	(121.524)
Aquisições de participação/aumento de capital em investidas		(6.120)	(3.749)	(5.401)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(177.864)	(103.255)	(244.783)	(133.634)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>					
Captação de empréstimos / debêntures		-	436.405	-	436.405
Liquidação de empréstimos / debêntures		(100.000)	(984.131)	(100.000)	(984.131)
Aumento de capital com emissão de ações		378.128	806.610	378.128	806.610
Juros pagos (a)		(177.774)	(83.562)	(180.954)	(88.066)
Liquidação de instrumentos derivativos		-	(9.799)	-	(9.799)
Aquisição de controladas		(41.325)	(38.691)	(51.630)	(39.504)
Pagamento de aluguéis		(11.934)	(7.364)	(16.440)	(10.929)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		47.095	119.468	29.104	110.586
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa		(5.376)	5.887	(10.940)	12.499
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		30.259	(202.279)	(108.294)	(114.990)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		352.045	554.324	795.839	910.829
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		382.304	352.045	687.545	795.839

(a) Os juros pagos referem-se substancialmente aos custos de obtenção de recursos financeiros e retornos sobre investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1.Receitas	711.736	558.419	1.218.968	890.904
Receita bruta de vendas	750.671	561.210	1.267.367	889.069
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(38.935)	(2.791)	(48.399)	1.835
2.Insumos adquiridos de terceiros	(181.713)	(244.780)	(373.807)	(430.305)
Serviços de terceiros e outros	(181.713)	(244.780)	(373.807)	(430.305)
Valor adicionado bruto	530.023	313.639	845.161	460.599
3.Depreciação e amortização	(89.489)	(71.109)	(203.180)	(208.588)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	440.534	242.530	641.981	252.011
Resultado de equivalência patrimonial	(41.474)	(214.312)	(937)	-
Receitas financeiras	42.038	35.443	80.316	67.264
5.Valor adicionado recebido em transferência	564	(178.869)	79.379	67.264
Valor adicionado total a distribuir	441.098	63.661	721.360	319.275
Valor adicionado distribuído	(441.098)	(63.661)	(721.360)	(319.275)
<i>6.Distribuição do valor adicionado</i>				
Pessoal	(367.275)	(322.633)	(566.371)	(523.438)
Remuneração direta	(245.705)	(210.443)	(413.349)	(367.757)
Plano de pagamento baseado em ações	3.429	(25.611)	3.725	(30.983)
Benefícios	(66.353)	(40.672)	(82.761)	(57.543)
Encargos sociais	(58.646)	(45.907)	(73.986)	(67.155)
Impostos, taxas e contribuições	(111.190)	(8.174)	(183.736)	(40.118)
Federais	(91.609)	5.526	(145.391)	(16.435)
Municipais	(19.581)	(13.700)	(38.345)	(23.683)
Juros e aluguéis	(396.074)	(209.197)	(404.694)	(242.361)
Juros	(291.497)	(151.676)	(321.431)	(177.892)
Taxa de cartão de crédito	(57.065)	(39.293)	(92.602)	(50.380)
Outras	(47.512)	(18.228)	9.339	(14.089)
7. Remuneração de capitais próprios	433.441	476.343	433.441	486.642
Prejuízo do exercício	433.441	476.343	433.441	476.343
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	-	10.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES.....	24
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	25
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	35
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	35
7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	37
8. DESPESAS ANTECIPADAS	38
9. INVESTIMENTOS	38
10.ATIVO INTANGÍVEL.....	41
11. FORNECEDORES	45
12.DEBÊNTURES	46
13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO	47
14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E PASSIVO CONTINGENTE	49
15.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	52
16.CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE CONTROLADA	54
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	62
19. CONTRATOS A EMBARCAR ANTECIPADOS DE PACOTES TURÍSTICOS	63
20. RECEITA LÍQUIDA DE INTERMEDIÇÃO	64
21. DESPESAS OPERACIONAIS.....	65
22. RESULTADO FINANCEIRO	67
23. PREJUÍZO POR AÇÃO	68
24. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	69
25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA	71
26.SEGUROS.....	71
27.SEGMENTO REPORTÁVEIS	71
28.EVENTOS SUBSEQUENTES	73



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, CEP: 09080-370, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3. A CVC e suas controladas (“Grupo”) têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens e fretamentos de cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações nos Estados Unidos através das marcas Trend Travel e VHC Hospitality, na Argentina através das marcas Almundo.com, Avatrip, Biblos, Quiero Viajes e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes, de acordo com as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/08).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo (o Grupo possui participação de 100% em todas as empresas listadas):

Controladas	Tipo	Principal atividade	País-sede	Participação	
				31/12/2022	31/12/2021
Submarino Viagens Ltda.	Direta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Indireta	Holding	Holanda	100%	100%
<i>São Paulo Real Estate S.A.R.L. (d)</i>	Indireta	Holding	Luxemburgo	-	100%
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Indireta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
Almundo.com S.R.L.	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
TKT Mas Operadora S.A.	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	100%
Advenio S.A.	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	100%
Almundo.com S.A.S.	Indireta	Serviços turísticos online	Colômbia	100%	100%
Visual Turismo Ltda. (c)	Direta	Serviços turísticos	Brasil	-	100%
CVC Portugal (a)	Direta	Serviços turísticos	Portugal	100%	-
Trend Viagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	100%
TC World Viagens Ltda.	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
<i>Trend Travel LLC.</i>	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
Camden Enterprises LLC. (b)	Indireta	Holding	Estados Unidos	-	100%
VHC Hospitality LLC.	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Brasil	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
Esferatur Passagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Turismo S.A.U	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Avatrip.com S.R.L	Indireta	Serviços turísticos online	Argentina	100%	100%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%
Ola S.A.	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%

a) Em 31 de maio 2022 o grupo CVC Corp criou a empresa CVC Portugal, que possui como atividade operacional a prestação de serviços de agenciamento de turismo, a empresa ainda não está operando.

b) Em 30 de setembro de 2022 foi realizada a incorporação da Camden Enterprises LLC pela Trend Travel LLC.

c) Em 30 de novembro de 2022 foi realizada a incorporação da Visual Turismo Ltda pela Trend Viagens e Turismo S.A.

d) Em 31 de dezembro de 2022 foi realizada a dissolução da São Paulo Real Estate S.A.R.L pela Santa Fe Investment Holding B.V.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.193.662 na controladora e R\$ 1.167.954 no consolidado e prejuízos acumulados de R\$ 1.787.868.

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia e controladas, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro, que pode incluir antecipação de recebíveis de cartão de crédito com aprovação das adquirentes, e mudança nos termos de recebimento de vendas na modalidade boleto junto às financeiras de bancos.

Adicionalmente, o Grupo aprovou um plano de reestruturação “rightsizing” de forma a redimensionar sua estrutura interna visto as automatizações processuais e recentes sinergias organizacionais (cujos custos são descritos na nota 21).

Conforme demonstrado na nota 4.2, a dívida bruta do Grupo é de R\$ 1.009.643 (composta por debêntures e contas a pagar de aquisição de participações em outras companhias), cujo vencimento está concentrado no passivo circulante (R\$ 716.575 ou 71%). A Companhia vem atuando no reperfilamento dessa dívida, a fim de otimizar a relação entre vencimentos e fluxos de caixa. Os últimos andamentos dessas negociações estão descritos na nota 28 – Eventos subsequentes.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

COVID – 19

Mesmo com os impactos da Omicron no início de 2022, os impactos do estado de pandemia da COVID – 19 são bem menores que nos exercícios anteriores.

A Companhia revisou a realização de seus ativos (contas receber, tributos a recuperar, e ativos permanentes) e não identificou a necessidade de provisão adicional.

Adicionalmente, como citado na nota 15.2, em 17 de março o Congresso Nacional rejeitou o veto parcial à Lei nº 14.148/21 (“Lei do PERSE”). Com isso, diversos dispositivos desta lei passaram a vigorar, a partir de 18 de março, dentre os quais o Art. 4º da redação original da Lei, que prevê, pelo prazo de 60 meses, a redução a 0% das alíquotas de contribuição para o PIS/Pasep, a COFINS, a CSLL e o IRPJ para Companhias que exercem atividades econômicas ligadas ao setor de eventos, sendo a CVC Corp uma delas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2023.

2.2 Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Resolução CVM nº 152/22, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Os Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item, ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O quadro abaixo descreve as controladas e suas respectivas moedas funcionais. A definição da moeda funcional foi feita com base nas orientações do CPC 02 (R2) / IAS 2. Concluiu-se que o dólar norte americano é a moeda do ambiente econômico no qual essas controladas operam.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que está moeda é a que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Não houve alteração na moeda funcional da Companhia nem de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Controladas	Principal atividade	País-sede	Moeda funcional
CVC Brasil CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
Submarino Viagens Ltda.	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	Real
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Holding	Holanda	Dólar
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	Dólar
Almundo.com S.R.L.	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
TKT Mas Operadora S.A.	Serviços turísticos	México	Dólar
Advenio S.A.	Serviços turísticos	Uruguai	Dólar
Almundo.com S.A.S.	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	Dólar
CVC Portugal	Serviços turísticos	Portugal	Real
Trend Viagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	Real
TC World Viagens Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
<i>Trend Travel LLC.</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC Hospitality LLC.	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC Brasil	Serviços turísticos	Brasil	Real
Esferatur Passagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
CVC Turismo S.A.U	Holding	Argentina	Dólar
Avantrip.com S.R.L.	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar
Ola S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar

2.3.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 13 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.
- Nota explicativa 20 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos classificados como nível 3 (veja nota 2.5).
- Nota explicativa 6 – Ajuste ao valor recuperável de recebíveis.
- Nota explicativa 10 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 17.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

2.5 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.



3. Novas normas e interpretações

3.1. Alterações nas normas aplicáveis em 2022

CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

O grupo aplicou as alterações aos contratos para os quais não cumpriu todas as suas obrigações no início do período.

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 *Business Combinations* (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

O Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

3.2 Novas normas

Foi realizada revisão pelo IASB referente algumas normas IFRS, sem impacto nessas demonstrações financeiras, tendo em vista o início da vigência para o exercício de 2023 ou após. O Grupo está avaliando os impactos da adoção destas normas:

Norma	Descrição	Data de vigência
IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante	Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante.	1º de janeiro de 2023.
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis	Alteração no requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023.

4. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; VJH – Valor justo hedge accounting ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

(i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

(i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

O Grupo utiliza a abordagem geral para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.



Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo não realiza designação dos seus derivativos para contabilidade de hedge.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo.

4.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino), assim como a crescente expansão das operações do Grupo na Argentina.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço.

Derivativo	Notas	Posição	Consolidado			
			31/12/2022		31/12/2021	
			Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Contrato a Termo NDF	4.4	USD	64.676	(1.269)	46.282	(665)
Contrato a Termo NDF	4.4	EUR	52.241	539	33.933	(714)
Contrato a Termo NDF	4.4	GBP	9.696	96	6.635	(225)
Contrato a Termo NDF	4.4	CAD	11.019	(280)	11.864	(156)
Contrato a Termo NDF	4.4	AUD	1.814	1	310	(16)
				(913)		(1.776)
Total ativo circulante				1.097		-
Total passivo circulante				(2.010)		(1.776)

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira e equivalentes de caixa as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	Taxa	31/12/2022						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,22	28.258	(1.413)	(7.064)	(14.129)	1.413	7.064	14.129
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	5,57	8.415	(421)	(2.104)	(4.207)	421	2.104	4.207
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	6,28	2.031	(102)	(508)	(1.015)	102	508	1.015
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	3,85	1.510	(76)	(378)	(755)	76	378	755
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,54	530	(26)	(132)	(265)	26	132	265
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	5,65	586	(29)	(147)	(293)	29	147	293
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,03	89.393	(4.470)	(22.348)	(44.697)	4.470	22.348	44.697
Conta corrente em moeda estrangeira - UY	0,13	29	(1)	(7)	(14)	1	7	14
Conta corrente em moeda estrangeira - COL	0,00	234	(12)	(59)	(117)	12	59	117
Conta corrente em moeda estrangeira - MEX	0,27	135	(7)	(34)	(67)	7	34	67
Conta corrente em moeda estrangeira - NZD	3,31	44	(2)	(11)	(22)	2	11	22
Conta corrente em moeda estrangeira - ZAR	0,31	-	-	-	-	-	-	-
Contrato a Termo NDF	5,22	64.676	(3.234)	(16.169)	(32.338)	3.234	16.169	32.338
Contrato a Termo NDF	5,57	52.241	(2.612)	(13.060)	(26.120)	2.612	13.060	26.120
Contrato a Termo NDF	3,85	11.019	(551)	(2.755)	(5.510)	551	2.755	5.510
Contrato a Termo NDF	6,28	9.696	(485)	(2.424)	(4.848)	485	2.424	4.848
Contrato a Termo NDF	3,54	1.814	(91)	(453)	(907)	91	453	907

Operações	Taxa	31/12/2021						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,58	74.581	(3.729)	(18.645)	(37.290)	3.729	18.645	37.290
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	6,32	19.737	(987)	(4.934)	(9.869)	987	4.934	9.869
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	7,52	3.579	(179)	(895)	(1.790)	179	895	1.790
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	4,39	7.053	(353)	(1.763)	(3.526)	353	1.763	3.526
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	4,04	1.292	(65)	(323)	(646)	65	323	646
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	6,12	767	(38)	(192)	(384)	38	192	384
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,05	51.800	(2.590)	(12.950)	(25.899)	2.590	12.950	25.899
Conta corrente em moeda estrangeira - NZD	3,81	69	(3)	(17)	(34)	3	17	34
Contrato a Termo NDF	5,58	46.282	(2.314)	(11.570)	(23.141)	2.314	11.570	23.141
Contrato a Termo NDF	6,32	33.933	(1.697)	(8.483)	(16.967)	1.697	8.483	16.967
Contrato a Termo NDF	7,52	6.635	(332)	(1.659)	(3.317)	332	1.659	3.317
Contrato a Termo NDF	4,39	11.864	(593)	(2.966)	(5.932)	593	2.966	5.932
Contrato a Termo NDF	4,04	310	(15)	(77)	(155)	15	77	155

4.1.1.2 Riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e debêntures, as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI (13,65% em 31 de dezembro de 2022 e 9,15% em 31 de dezembro de 2021) para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	31/12/2022						31/12/2021							
	Baixa			Alta			Baixa			Alta				
	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%		
Equivalentes de Caixa *	542.483	(3.702)	(18.512)	(37.024)	3.702	18.512	37.024	624.742	(2.858)	(14.291)	(28.582)	2.858	14.291	28.582
Aplicações financeiras	127.363	(869)	(4.346)	(8.693)	869	4.346	8.693	190.807	(873)	(4.365)	(8.729)	873	4.365	8.729
Debêntures	(896.685)	6.120	30.599	61.199	(6.120)	(30.599)	(61.199)	(990.064)	4.530	22.648	45.295	(4.530)	(22.648)	(45.295)

* Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais (R\$)

4.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Como parte dos negócios de intermediação de turismo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes e pagamentos por reservas de quartos em determinadas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente, de forma a garantir a disponibilidade, preços ofertados e condições especiais às reservas vendidas aos nossos clientes.

Desta forma, o Grupo possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para reacomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis. Para monitorar este risco, o Grupo avalia a solvência de seus principais fornecedores e atua de forma proativa na redução desta exposição via renegociação de seus contratos e datas de prestação dos serviços.

4.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 80% do valor da venda, onde são avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	687.545	795.839
Aplicações financeiras	127.363	190.807
Instrumentos financeiros derivativos	1.097	-
Contas a receber de clientes	515.456	1.092.874
Outras contas a receber	72.156	54.806
Total	1.403.617	2.134.326

4.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2022

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	764.255	242.240	1.006.495	896.685
Instrumentos financeiros derivativos	2.010	-	2.010	2.010
Fornecedores	753.408	-	753.408	753.408
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	22.939	117.508	140.447	112.958
Passivo de arrendamento	22.559	49.128	71.687	60.307
Outras contas a pagar	60.766	10.207	70.973	73.718
Total	1.625.937	419.083	2.045.020	1.899.086

31 de dezembro de 2021

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	340.744	885.314	1.226.058	990.064
Instrumentos financeiros derivativos	1.776	-	1.776	1.776
Fornecedores	671.444	-	671.444	671.444
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	77.523	110.215	187.738	128.629
Passivo de arrendamento	18.371	33.460	51.831	40.540
Outras contas a pagar	99.812	13.257	113.069	115.351
Total	1.209.670	1.042.246	2.251.916	1.947.804

4.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	896.685	990.064
Contas a pagar - aquisição de controlada		
Submarino Viagens	76.696	68.582
Viatrix Viagens e Turismo (a)	3.879	3.452
Visual Turismo (b)	-	245
Camden (c)	-	10.304
Esferatur	32.383	46.046
(=) Dívida bruta	1.009.643	1.118.693
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(687.545)	(795.839)
(=) Dívida líquida	322.098	322.854
(+) Patrimônio líquido	316.480	375.292
(=) Patrimônio líquido e dívida líquida	638.578	698.146

a) Empresa incorporada à CVC Brasil.

b) Empresa incorporada à Trend Viagens.

b) Empresa incorporada à Trend Travel.

4.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nível	Classificação	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	382.304	352.045	382.304	352.045
Aplicações financeiras	2	VJR	118.845	131.056	118.845	131.056
Instrumento financeiro derivativo	2	VJR	1.047	-	1.047	-
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	277.758	812.093	277.758	812.093
Contas a receber - partes relacionadas		Custo amortizado	271.406	134.143	271.406	134.143
Outras contas a receber		Custo amortizado	15.327	15.626	15.327	15.626
Total dos ativos financeiros			1.066.687	1.444.963	1.066.687	1.444.963
Passivos financeiros						
Debêntures		Custo amortizado	896.685	990.064	905.822	1.008.464
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.614	1.398	1.614	1.398
Fornecedores		Custo amortizado	433.813	315.381	433.813	315.381
Contas a pagar - partes relacionadas		Custo amortizado	75.178	40.373	75.178	40.373
Contas a pagar aquisição de controlada e investida		Custo amortizado	112.958	118.325	112.958	118.325
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	35.261	20.630	35.261	20.630
Outras contas a pagar		Custo amortizado	33.335	58.963	33.335	58.963
Total dos passivos financeiros			1.588.844	1.545.134	1.597.981	1.563.534
Consolidado						
	Nível	Classificação	Consolidado			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	2	VJR	687.545	795.839	687.545	795.839
Aplicações financeiras	2	VJR	127.363	190.807	127.363	190.807
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	1.097	-	1.097	-
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	515.456	1.092.874	515.456	1.092.874
Outras contas a receber		Custo amortizado	72.156	54.806	72.156	54.806
Total dos ativos financeiros			1.403.617	2.134.326	1.403.617	2.134.326
Passivos financeiros						
Debêntures		Custo amortizado	896.685	990.064	905.822	1.008.464
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	2.010	1.776	2.010	1.776
Fornecedores		Custo amortizado	753.408	671.444	753.408	671.444
Contas a pagar aquisição de controlada e investida		Custo amortizado	112.958	128.629	112.958	128.629
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	60.307	40.540	60.307	40.540
Outras contas a pagar		Custo amortizado	70.973	113.069	70.973	113.069
Total dos passivos financeiros			1.896.341	1.945.522	1.905.478	1.963.922

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).

- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como empréstimos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

4.4 Instrumentos financeiros e derivativos

Em virtude das incertezas do prazo de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para *hedge accounting*. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2022							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	USD	64.676	(1.269)
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	EUR	52.241	539
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	GBP	9.696	96
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	CAD	11.019	(280)
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	AUD	1.814	1
Total						139.446	(913)
Total ativo circulante							1.097
Total passivo circulante							(2.010)
31/12/2021							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	USD	46.282	(665)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	EUR	33.933	(714)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	CAD	6.635	(225)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	GBP	11.864	(156)
Termo	Comprado	NDF	De 01/07/21 a 31/12/2021	De 01/01/22 a 30/06/2022	AUD	310	(16)
Total						99.024	(1.776)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Equivalentes de caixa	361.388	271.137	542.483	624.742
Caixa e contas bancárias em moeda local	5.548	6.602	13.897	12.219
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	5.417	45.081	28.258	74.581
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	5.756	16.895	8.415	19.737
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	89.393	51.800
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	4.195	12.330	5.099	12.760
Total de caixa e equivalentes de caixa	382.304	352.045	687.545	795.839

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa do certificado de depósito interbancário – CDI que em 31 de dezembro de 2022 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 13,65% (9,15% em 31 de dezembro de 2021).

Os investimentos em CDBs e operações de renda fixa que não possuem liquidez imediata são apresentados na rubrica de aplicações financeiras e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	118.845	131.056	127.363	190.807

As aplicações financeiras apresentadas acima, são dadas como garantias as operações com o IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

6. Contas a receber de clientes

Política contábil:

O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável).

As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo geral apresentado no CPC 48/ IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito (a)	4.714	-	4.714	349.562	(124)	349.438
Contas a receber de títulos (b)	55.972	(8.786)	47.186	230.072	(2.523)	227.549
Financiamento próprio – Clientes (c)	163.595	(77.744)	85.851	188.769	(71.473)	117.296
Financiamento próprio - Agências e franquias (c)	116.847	(68.417)	48.430	108.879	(51.398)	57.481
Reembolso cia aérea (d)	54.758	-	54.758	9.349	-	9.349
Outros	48.258	(11.439)	36.819	58.738	(7.758)	50.980
	444.144	(166.386)	277.758	945.369	(133.276)	812.093

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito (a)	23.410	(655)	22.755	444.208	(398)	443.810
Contas a receber de títulos (b)	59.502	(9.470)	50.032	231.622	(2.523)	229.099
Financiamento próprio – Clientes (c)	355.029	(100.403)	254.626	337.187	(95.916)	241.271
Financiamento próprio - Agências e franquias (c)	125.017	(71.210)	53.807	131.736	(53.010)	78.726
Reembolso cia aérea (d)	56.969	-	56.969	9.176	-	9.176
Outros	97.766	(20.499)	77.267	111.815	(21.023)	90.792
	717.693	(202.237)	515.456	1.265.744	(172.870)	1.092.874

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

(b) Contas a receber de títulos refere-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos integralmente para as instituições financeiras no momento da venda, e recebíveis em faturas de parceiros que mantém operações com o grupo.

(c) Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes. A perda nessa modalidade de financiamento é assumido pela Companhia, uma vez que os riscos não são transferidos e as perdas esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado, apenas para os casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, na rubrica "perda por redução ao valor recuperável de contas a receber. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 4.1.2)

(d) Reembolsos de companhias aéreas correspondem a reembolsos pagos, referentes a solicitações realizadas por clientes.

O aging do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	223.635	(2.480)	221.155	780.014	(2.962)	777.052
Títulos vencidos:	-	-	-	-	-	-
Vencido até 30 dias	25.285	(7.199)	18.086	34.760	(3.173)	31.587
Vencido a até 360 dias	82.071	(43.554)	38.517	31.832	(28.378)	3.454
Vencido a mais de 360 dias	113.153	(113.153)	-	98.763	(98.763)	-
Total	444.144	(166.386)	277.758	945.369	(133.276)	812.093



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	402.681	(549)	402.132	1.027.852	(2.475)	1.025.377
Títulos vencidos:	-	-	-	-	-	-
Vencido até 30 dias	80.717	(7.393)	73.324	60.724	(8.367)	52.357
Vencido a até 360 dias	99.680	(59.680)	40.000	54.909	(39.769)	15.140
Vencido a mais de 360 dias	134.615	(134.615)	-	122.259	(122.259)	-
Total	717.693	(202.237)	515.456	1.265.744	(172.870)	1.092.874

A provisão para perdas reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 38.935 (R\$ 2.791 em 31 de dezembro de 2021), na controladora e de R\$ 48.399 no consolidado (reversão de R\$ 1.835 em 31 de dezembro de 2021). O aumento se dá pela base de comparação, afetada por saldos provisionados durante o período de pandemia que tiveram o recebimento efetivado ao longo do ano de 2021. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(130.431)	(176.340)
Adições	(2.791)	1.835
Perdas efetivadas	(54)	1.241
Variação cambial de conversão	-	394
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(133.276)	(172.870)
Adições e reversões	(38.935)	(48.399)
Perdas efetivadas	5.825	14.516
Variação cambial de conversão	-	4.516
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(166.386)	(202.237)

O Grupo fez antecipações de recebíveis de cartão de crédito que faziam parte de seu saldo de contas a receber durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Como os riscos associados a esses recebíveis foram transferidos às instituições financeiras o saldo desses recebíveis foram baixados. O montante desses valores na data-base 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 888.056 (R\$ 379.488 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e R\$ 1.012.439 (R\$ 503.860 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. Os encargos financeiros sobre essas transações são registrados na rubrica de despesas financeiras e é descrito na nota 22.

7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores estão representados por pagamentos às companhias aéreas pela aquisição de bilhetes aéreos e pelos pagamentos antecipados a grandes redes hoteleiras, em sua maioria internacionais, de forma a garantir a disponibilidade e preços ofertados às reservas vendidas aos nossos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Companhias aéreas (a)	300.361	488.576	351.869	569.450
Hotéis no Brasil e no exterior	16.349	56.186	25.174	61.226
Outros (b)	57.587	48.510	68.077	83.505
Total	374.297	593.272	445.120	714.181

(a) Pagamentos às companhias aéreas referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, sendo o saldo majoritariamente concentrado em companhias aéreas nacionais.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

A Companhia reconheceu a baixa de R\$ 83.103 na controladora e R\$ 100.214 no consolidado, referente à antecipações feitas a fornecedores cujas reservas foram canceladas e o crédito ao passageiro expirou, veja maiores detalhes na nota 21.

(b) Outras antecipações referem-se, em sua grande maioria associação aéreo internacional (IATA), escolas (intercâmbio cultural e profissional) e parques de diversões.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de administração de cartões de crédito (a)	17.658	16.273	20.191	19.059
Seguros	28.292	33.388	29.750	34.603
Adiantamento a funcionários	2.701	3.432	2.780	3.534
Outros	8.706	4.123	10.532	6.085
	57.357	57.216	63.253	63.281
Circulante	33.806	32.159	39.628	37.482
Não circulante	23.551	25.057	23.625	25.799

(a) Referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos da transferência do risco de crédito das vendas feitas nessa modalidade, e serão apropriadas ao resultado quando do efetivo embarque dos passageiros.

9. Investimentos

Política contábil:

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.



Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ágio	308.292	308.292
Investimento	155.541	253.592
Intangíveis alocados do preço de compra	177.830	197.572
Passivo contingente líquido do ativo fiscal diferido	-	(79.805)
Total	641.663	679.651
Investimentos	667.375	698.967
Provisão para perdas em investimento	(25.712)	(19.316)
	641.663	679.651



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	Submarino Viagens	Visual Turismo	Trend Viagens	CVC Turismo S.A.U	Esferatur	Wetrek Technologies LLC (a)	CVC Portugal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	(97.608)	72.260	96.763	(4.568)	201.341	-	-	268.188
Despesas com pagamentos baseados em ações	161	42	57	-	266	-	-	526
Equivalência patrimonial do exercício	(109.702)	(34.483)	(26.981)	(11.778)	(31.368)	-	-	(214.312)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(1.932)	-	374	(1.070)	-	-	-	(2.628)
Reserva para aquisição de não controladores	-	-	-	1.305	-	-	-	1.305
Aumento de capital em controlada	459.734	15.273	118.494	1.327	47.504	-	-	642.332
Ágio em transações de capital	-	-	(11.228)	(4.532)	-	-	-	(15.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	250.653	53.092	177.479	(19.316)	217.743	-	-	679.651
Ágio	-	-	-	-	-	4.175	-	4.175
Despesas com pagamentos baseados em ações	(75)	(53)	3	-	(251)	-	-	(376)
Equivalência patrimonial do exercício	30.754	(33.088)	(9.298)	(8.061)	(20.844)	(937)	-	(41.474)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(4.713)	-	1.460	1.665	-	(9)	-	(1.597)
Aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	1.257	-	1.257
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	27	27
Incorporação (b)	-	(19.951)	19.951	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	276.619	-	189.595	(25.712)	196.648	4.486	27	641.663

(a) Em 18 de janeiro de 2022 foi realizada aquisição da participação societária de 25% da Wetrek Technologies, sendo pago o valor de R\$ 5.432. A empresa possui como atividade operacional áudio experience, disparados por geolocalização, sendo uma das pioneiras do segmento a trazer sugestões de passeios ao localizar onde a pessoa está via GPS. Como o grupo não detém o controle da empresa, esse investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. O valor em 31 de dezembro de 2022 na controladora e no consolidado é de R\$ 4.486.

(b) Em 30 de novembro de 2022 foi realizada a incorporação da Visual Turismo Ltda pela Trend Viagens e Turismo S.A.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021:

31/12/2022						
Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício (a)	% Part.	
Submarino Viagens (Consolidado)	623.672	445.944	177.728	238.065	31.299	100%
Visual Turismo (c)	-	-	-	4.064	(30.221)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	312.269	318.188	(5.919)	119.108	(76.473)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	236.934	262.647	(25.713)	106.695	(8.060)	100%
Esferatur	47.630	42.698	4.932	28.817	(17.145)	100%
CVC Portugal	29	2	27	-	-	100%

31/12/2021						
Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Prejuízo do exercício (a)	% Part.	
Submarino Viagens (Consolidado)	684.279	533.062	151.217	129.988	(109.156)	100%
Visual Turismo	66.711	39.318	27.393	(4.453)	(31.149)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	414.846	342.874	71.972	111.691	(43.302)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	256.989	276.306	(19.317)	39.311	(22.669)	100%
Esferatur	49.688	27.361	22.327	25.779	(25.367)	100%

(a) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(b) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(c) Reflete o resultado de onze meses da Visual, tendo em vista a incorporação da entidade com data-base 30 de novembro de 2022.

10. Ativo intangível

Política contábil:

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Software e website

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.



Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	<u>Anos</u>
Software e <i>website</i>	4-7
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

10.1 Composição dos saldos

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

	Controladora						Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	156.347	6.282	146.913	76.859	4.102	366	390.869
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2021	382.985	33.633	146.913	116.170	4.699	1.222	685.622
Adições	89.002	-	-	-	-	-	89.002
Transferência	(74)	-	-	-	-	-	(74)
Baixas	-	(16.756)	-	-	-	-	(16.756)
31 de dezembro de 2021	471.913	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	757.794
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2021	(226.638)	(27.351)	-	(39.311)	(597)	(856)	(294.753)
Amortização	(41.618)	(1.210)	-	(16.328)	(257)	(366)	(59.779)
Baixas	-	14.186	-	-	-	-	14.186
31 de dezembro de 2021	(268.256)	(14.375)	-	(55.639)	(854)	(1.222)	(340.346)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	203.657	2.502	146.913	60.531	3.845	-	417.448
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2022	471.913	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	757.794
Adições	160.791	-	-	-	-	-	160.791
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(93)	-	-	-	-	-	(93)
31 de dezembro de 2022	632.611	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	918.492
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2022	(268.256)	(14.375)	-	(55.639)	(854)	(1.222)	(340.346)
Amortização	(53.556)	(1.446)	-	(16.328)	(256)	-	(71.586)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	(321.812)	(15.821)	-	(71.967)	(1.110)	(1.222)	(411.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.799	1.056	146.913	44.203	3.589	-	506.560



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

	Consolidado							Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2021	416.025	6.216	381.834	277.906	73.685	2.336	12.543	1.170.545
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2021	827.108	33.633	381.834	449.150	95.601	10.634	19.439	1.817.399
Adições	115.791	-	-	-	3.662	-	2.071	121.524
Baixas	(12.449)	(16.756)	-	-	(1)	-	(31.069)	(60.275)
Transferências para o ativo imobilizado	706	-	-	-	-	-	-	706
Variação cambial conversão	23.987	-	-	2.102	12.671	-	16.047	54.807
31 de dezembro de 2021	955.143	16.877	381.834	451.252	111.933	10.634	6.488	1.934.161
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2021	(411.083)	(27.417)	-	(171.244)	(21.916)	(8.298)	(6.896)	(646.854)
Amortização	(112.387)	(1.210)	-	(53.646)	(10.188)	(2.336)	(10.260)	(190.027)
Baixas	6.960	14.186	-	-	-	-	25.453	46.599
Variação cambial de conversão	(16.421)	-	-	(380)	(6.189)	-	(12.770)	(35.760)
31 de dezembro de 2021	(532.931)	(14.441)	-	(225.270)	(38.293)	(10.634)	(4.473)	(826.042)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	422.212	2.436	381.834	225.982	73.640	-	2.015	1.108.119
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2022	955.143	16.877	381.834	451.252	111.933	10.634	6.488	1.934.161
Adições	214.230	-	-	-	4.682	-	4.299	223.211
Baixas	(98.179)	-	-	-	(51)	-	(971)	(99.201)
Transferências para o ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	567	567
Variação cambial de conversão	(47.700)	-	-	(1.383)	8.011	-	(363)	(41.435)
31 de dezembro de 2022	1.023.494	16.877	381.834	449.869	124.575	10.634	10.020	2.017.303
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2022	(532.931)	(14.441)	-	(225.270)	(38.293)	(10.634)	(4.473)	(826.042)
Amortização	(115.725)	(1.446)	-	(46.677)	(10.087)	-	(659)	(174.594)
Baixas	88.780	-	-	-	-	-	157	88.937
Variação cambial de conversão	29.156	-	-	(27)	(4.598)	-	298	24.829
31 de dezembro de 2022	(530.720)	(15.887)	-	(271.974)	(52.978)	(10.634)	(4.677)	(886.870)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	492.774	990	381.834	177.895	71.597	-	5.343	1.130.433

10.2 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2022, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa das empresas do grupo CVC foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até dez anos, conforme abaixo:

UGC	País	Carrying amount	Goodwill	Valor em Uso	WACC (pos-tax)*
Read	Brasil	(12.839)	102.755	810.921	13,94%
Experimento	Brasil	49.693	44.159	113.935	13,94%
Visual	Brasil	11.054	6.338	123.795	13,94%
Trend	Brasil	58.137	75.078	591.966	13,94%
Esferatur	Brasil	171.775	59.011	205.602	13,94%
OLA	Argentina	(65.549)	-	285.837	23,39%
Avantrip/Biblos	Argentina	2.673	-	30.544	23,39%
Online (a)	Brasil e Argentina	70.799	94.493	604.432	(b)

*Durante a vigência da isenção fiscal advinda do Perse (veja nota 15), utilizamos como taxa de desconto, para Brasil, a taxa de 13,9%.

(a) Compreende as unidades CVC.com, Almundo e Submarino Viagens.

(b) 13,94% para as empresas no Brasil e 23,39% para as empresas na Argentina.

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontados para exercícios de 5 anos, tendo em vista que os planos de aquisição da Companhia são preparados por 5 anos, sendo os primeiros 2-3 anos de integração dos negócios e captura/ estabilização de sinergias, considerando cenário de estabilidade macroeconômica.

10.3 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Read, Experimento, Visual, Trend, Esferatur, Ola, Avantrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii) e taxa de crescimento (iii):

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de crescimento na perpetuidade foi fixada em 4,7% para as empresas no Brasil e para as empresas na Argentina;

(iii) A taxa de desconto média do grupo é a mesma por região geográfica devido as premissas chaves de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC.

10.4 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto*		
	Cenário Provável	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Read	13,94%	722.592	920.630
Experimento	13,94%	108.170	129.463
Visual	13,94%	110.558	140.267
Trend	13,94%	531.905	666.494
Esferatur	13,94%	184.085	232.323
OLA	23,39%	276.302	296.082
Avantrip/Biblos	23,39%	29.149	32.050
Online (**)	(***)	574.543	641.523

(*)Durante a vigência da isenção fiscal advinda do Perse (veja nota 15), utilizamos como taxa de desconto, para Brasil, a taxa de 13,9%.

(**) Compreende as unidades CVC.com, Almundo e Submarino Viagens

(***) 13,94% para as empresas no Brasil e 23,39% para as empresas na Argentina

11. Fornecedores

Política contábil:

Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aéreo	129.865	44.311	162.802	93.194
Hotel	178.833	229.695	332.829	354.711
Marítimo	203	-	998	194
Instituições educacionais	12.051	104	12.051	104
Locadora de veículos	47.346	6.608	57.067	29.904
Fornecedores administrativos e gerais	65.515	34.663	187.661	193.337
Total	433.813	315.381	753.408	671.444

12. Debêntures

Política contábil:

Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

				Controladora e Consolidado		
				31/12/2022		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 6% a.a.	387.961	-	387.961
4ª emissão série 2	18/04/2019	18/04/2025	CDI + 6,5% a.a.	8.754	202.950	211.704
5ª emissão	28/01/2021	01/06/2023	CDI + 5,75% a.a.	297.020	-	297.020
Total				693.735	202.950	896.685

				Controladora e Consolidado		
				31/12/2021		
Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 6% a.a.	11.742	372.351	384.093
4ª emissão série 2	18/04/2019	18/04/2025	CDI + 6,5% a.a.	6.648	202.950	209.598
5ª emissão	28/01/2021	01/06/2023	CDI + 5,75% a.a.	200.256	196.117	396.373
Total				218.646	771.418	990.064

4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

- Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série da debenture será amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. E o valor nominal unitário da 2ª série das debêntures será amortizado em duas parcelas com vencimento em 18 de abril de 2024 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 22 de abril de 2025.

5º Emissão

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

A emissão das debentures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a captação de R\$ 436.405 e vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Emissora decorrente de instrumentos celebrados entre a Emissora, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, realizada em 23 de maio de 2022 (“AGD”) foram deliberadas e aprovadas (i) a postergação da data de pagamento da primeira parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures a qual seria devida em 01 de junho de 2022 passando a ser devida em 30 de junho de 2022 (ii) a postergação da data de pagamento dos juros das debêntures a qual seria devida em 01 de junho de 2022 passando a ser devida em 30 de junho de 2022. Em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, realizada em 27 de junho de 2022 (“AGD”) foram deliberadas e aprovadas (i) a prorrogação do pagamento de parte do valor que seria devido na primeira data de pagamento (30 de junho de 2022), de forma que a amortização do saldo do valor nominal unitário das debêntures passará a ser realizada em 3 (três) parcelas com o pagamento de R\$ 100.000 em 30 de junho de 2022, R\$ 100.000 em 7 de abril de 2023 e R\$ 181.764 em 01 de junho de 2023.

Covenants

Ocorrerá o vencimento antecipado, caso seja concretizado as seguintes hipóteses:

- (i) Caso não divulgue as Demonstrações Financeiras completas no prazo a partir do primeiro trimestre de 2021; e
- (ii) Não sejam atingidos os índices financeiros abaixo por dois trimestres consecutivos ou alternados:

Exercício	Índice financeiro a ser observado
No 1º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.575.000
No 2º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.800.000
Entre o 3º trimestre de 2021 e 3º trimestre de 2022.	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes
A partir do 4º trimestre de 2022 até a Data de Vencimento	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, amortização e depreciação) deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

13. Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil:

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas.

O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Direito de uso						
Em 1 de janeiro de 2021	6.296	15.643	21.939	26.430	15.642	42.072
Adições de novos contratos	11.795	-	11.795	12.334	-	12.334
Reajuste de contrato	4.855	(7.169)	(2.314)	8.747	(7.169)	1.578
Amortização	(3.204)	(3.529)	(6.733)	(6.700)	(3.529)	(10.229)
Baixa	(5.852)	-	(5.852)	(10.587)	-	(10.587)
Ajustes de conversão	-	-	-	(223)	-	(223)
Em 31 de dezembro de 2021	13.890	4.945	18.835	30.001	4.944	34.945
Adições de novos contratos	851	26.864	27.715	3.841	31.489	35.330
Reajuste de contrato	4.160	-	4.160	9.007	-	9.007
Amortização	(4.881)	(9.257)	(14.138)	(9.324)	(9.489)	(18.813)
Baixa	(5.128)	-	(5.128)	(5.421)	-	(5.421)
Transferência	1.917	-	1.917	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	(471)	-	(471)
Em 31 de dezembro de 2022	10.809	22.552	33.361	27.633	26.944	54.577

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Passivo de arrendamento						
Em 1 de janeiro de 2021	7.269	18.196	25.465	32.907	18.196	51.103
Adições de novos contratos	11.795	-	11.795	12.334	-	12.334
Reajuste de contrato	2.948	(5.739)	(2.791)	6.012	(5.739)	273
Pagamento	(3.472)	(3.892)	(7.364)	(7.037)	(3.892)	(10.929)
Juros incorridos	640	703	1.343	5.144	703	5.847
Juros pagos	(640)	(703)	(1.343)	(5.144)	(703)	(5.847)
Baixa	(6.475)	-	(6.475)	(12.276)	-	(12.276)
Ajustes de conversão	-	-	-	35	-	35
Em 31 de dezembro de 2021	12.065	8.565	20.630	31.975	8.565	40.540
Adições de novos contratos	851	26.864	27.715	3.841	31.489	35.330
Reajuste de contrato	4.160	-	4.160	9.007	-	9.007
Pagamento	(4.650)	(7.284)	(11.934)	(8.969)	(7.471)	(16.440)
Juros incorridos	813	1.600	2.413	3.923	1.670	5.593
Juros pagos	(813)	(1.600)	(2.413)	(3.923)	(1.670)	(5.593)
Baixa	(6.929)	-	(6.929)	(7.247)	-	(7.247)
Transferência	1.619	-	1.619	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	(599)	(284)	(883)
Em 31 de dezembro de 2022	7.116	28.145	35.261	28.008	32.299	60.307
Circulante			11.488			16.742
Não circulante			23.773			43.565

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor justo do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliações do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
Até 2 anos	4,50%	6,50%
3 a 5 anos	5,50%	7,50%
Mais de 5 anos	6,50%	8,50%

13.1 Maturidade dos passivos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2023	2024	2025	2026	Após 2027	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	5,62%	5,31%	3,65%	3,25%	3,25%	
Controladora	12.413	11.872	9.381	2.423	-	36.089
Consolidado	22.638	21.120	14.985	7.913	5.258	71.914

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

Política contábil:

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos do Grupo para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. As provisões tributárias, trabalhistas e previdenciário são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo independente da classificação de risco.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Total
Em 01 de janeiro de 2022	7.220	34.147	6.071	47.438
Adições	5.648	35.310	776	41.734
Pagamentos	(2.810)	(20.307)	-	(23.117)
Reversões	(33)	(10.301)	-	(10.334)
Atualização Monetária	784	-	556	1.340
Em 31 de dezembro de 2022	10.809	38.849	7.403	57.061

	Consolidado					
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Passivo contingente (a)		Total
				Tributários	Trabalhistas e Previdenciárias	
Em 01 de janeiro de 2022	15.091	50.644	40.699	99.635	37.663	243.732
Adições	8.691	53.651	776	-	-	63.118
Pagamentos	(4.179)	(28.713)	-	-	-	(32.892)
Reversões	(3.734)	(18.214)	(31.454)	(100.688)	(24.155)	(178.245)
Atualização Monetária	1.075	-	556	1.053	664	3.348
Variação cambial de conversão	(140)	(929)	(2.085)	-	(1.111)	(4.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	16.804	56.439	8.492	-	13.061	94.796

(a) Passivo contingente de natureza trabalhista, previdenciária e tributária (IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e ISS), oriundo de combinação de negócios das empresas Trend, Ola e Esferatur.

(b) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e daniificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários.

14.1 Passivos contingentes

O valor dos processos cujo risco de perda é classificado como possível e por isso não foram provisionados é R\$ 588.669 (R\$ 514.116 em 31 de dezembro de 2021) e são descritos a seguir:

Dedutibilidade fiscal do ágio

Cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total atualizado de R\$ 630.022 (R\$ 574.552 em 31 de dezembro de 2021).

O processo em discussão atualmente possui estimativa de perda possível para uma parcela do valor total da contingência, no montante de R\$ 352.317 sendo o saldo remanescente entendido como chance de perda remota no montante de R\$ 277.705.

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo administrativo iniciado pelo auto de infração.

Esta decisão (ainda em primeira instância na esfera administrativa) cancelou provisoriamente os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas. A Fazenda apresentou Recurso Voluntário quanto as matérias julgadas improcedentes na Turma de Julgamento e a Companhia recorreu acerca da parcela mantida do auto de infração pela Turma de Julgamento. Ambos os recursos aguardam julgamento.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Imposto de renda sobre pagamento baseado em ações

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato.

O valor da exposição tributária atualizada da CVC e dos participantes é de R\$ 236 milhões, com chance de perda possível, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia.

O processo encontra-se em fase de conhecimento. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência realizado pela CVC e os beneficiários para determinar à União que se abstenha de exigir: (I) contribuições previdenciárias e de terceiros da CVC; (II) multa por suposta ausência de retenção do imposto de renda devido pelos participantes; e (III) imposto de renda devido pelos participantes. Todavia, em agosto de 2019, parte da tutela antecipada foi reconsiderada, o que resultou no seu indeferimento parcial. A CVC apresentou recurso para reversão da decisão, que aguarda julgamento.

O imposto de renda à alíquota de 27,5% foi objeto de depósito judicial para garantia do juízo para os exercícios posteriores ao ajuizamento da ação; para os exercícios anteriores, o depósito consistiu na diferença entre a alíquota de 27,5% e o imposto de renda sobre ganho de capital já pago pelo participante (15%). O saldo atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ R\$ 108.544 (R\$ 97.992 em 31 de dezembro de 2021).

Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, a Companhia está sujeita às fiscalizações e autuações dos órgãos reguladores/administrativos, muito embora não faça parte de um mercado regulado. No âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo com os clientes e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios/administrativos. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui discussões judiciais relativas a um auto de infração movido pelo Procon-SP associado a cobrança de multas e taxas aplicadas para os casos de alteração na contratação ou rescisão contratual. O risco de perda é avaliado como possível, no valor total de R\$ 15.537 para dezembro de 2022.

A CVC Corp é requerida em procedimento arbitral (em andamento), no qual os autores alegam a necessidade de pagamento de indenização decorrente de danos causados por seus ex-administradores. Em caso de condenação da Companhia, ela poderá ser obrigada ao pagamento de eventual condenação que será apurada, nos termos a serem fixados pelo tribunal arbitral, caso aplicável.

14.2 Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	1.385	1.512	1.837	3.033
Tributários	74.365	67.382	74.419	67.382
Cível	40.541	22.435	53.254	26.410
Bloqueio judicial	4.185	1.620	5.821	2.895
Total	120.476	92.949	135.331	99.720

O principal depósito judicial da Companhia refere-se à ação judicial sobre o pagamento baseado em ações apresentada na nota 14.1. Os saldos acumulados dos depósitos judiciais totalizam em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 74.419 (R\$ 67.382 em 31 de dezembro de 2021).

15. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

15.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(377.531)	(532.471)	(347.074)	(545.304)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	128.361	181.040	118.005	185.403
Equivalência patrimonial	(14.101)	(72.866)	(319)	-
Receitas/despesas não tributáveis/indedutíveis	(33.673)	(15.771)	(62.149)	(37.913)
Varição na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos	(78.288)	(40.589)	(91.550)	(93.369)
Benefício fiscal em gastos com emissão de ações (a)	8.391	3.922	8.391	3.922
Baixa do diferido ativo (b)	(66.015)	-	(72.903)	-
Benefícios fiscais (b)	-	-	13.703	-
Outros	(585)	392	455	619
Imposto de renda e contribuição social	(55.910)	56.128	(86.367)	58.662
Corrente	(585)	-	(859)	564
Diferido	(55.325)	56.128	(85.508)	58.098
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(55.910)	56.128	(86.367)	58.662
Alíquota efetiva	-15%	11%	-25%	11%

(a) De acordo o decreto 1.598 de 26 de dezembro de 1977, os custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações ou bônus de subscrição contabilizados no patrimônio líquido, podem ser excluídos, na determinação do lucro real, gerando o benefício fiscal sobre os gastos incorridos com emissões de ações.

(b) Efeito decorrente do benefício fiscal "PERSE", instituído pela Lei 14.148 de 3 de maio de 2021.

15.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

Em 17 de março de 2022 o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei nº 14.148/21 ("Lei do PERSE"), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ. Em decorrência dessa alteração, que passou a valer a partir da promulgação pelo Presidente da República no dia 18 de março de 2022, a Administração revisou seus saldos de tributos diferidos, registrando-os de acordo com sua alíquota estimada de realização.

A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora						
	01/01/2021	Reconhecido em		31/12/2021	Reconhecido em		31/12/2022
		Resultado do exercício			Resultado do exercício	Outros	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	40.339	15.914		56.253	(56.253)	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	20.429	359		20.788	446	-	21.234
Ganhos e perdas com derivativos	8.762	(8.287)		475	(475)	-	-
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	36.363	6.347		42.710	(42.710)	-	-
Contratos de arrendamento	537	(292)		245	(245)	-	-
Impairment	4.337	(4.153)		184	(184)	-	-
Mais valia de ativos e passivo contingente (a)	26.534	(30.740)		(4.206)	(13.014)	-	(17.220)
Prejuízos fiscais	228.662	113.351		342.013	168.826	(16.748)	494.091
Outras provisões	11.529	4.219		15.748	(15.748)	-	-
Imposto de renda diferido	377.492	96.718		474.210	40.643	(16.748)	498.105
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	-	(40.590)		(40.590)	(95.968)	-	(136.558)
Imposto de renda diferido	377.492	56.128		433.620	(55.325)	(16.748)	361.547

	Consolidado						
	01/01/2021	Reconhecido em		31/12/2021	Reconhecido em		31/12/2022
		Resultado do exercício	Patrimônio líquido		Resultado do exercício	Outros	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	55.951	15.320	-	71.271	(71.271)	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	25.833	(406)	-	25.427	2.094	-	27.521
Ganhos e perdas com derivativos	8.762	(8.155)	-	607	(607)	-	-
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	38.349	5.660	-	44.009	(44.009)	-	-
Contratos de arrendamento	1.945	(1.140)	-	805	(805)	-	-
Impairment	5.087	(4.901)	-	186	(186)	-	-
Mais valia de ativos e passivo contingente (a)	188.380	(34.815)	2.982	156.547	(45.036)	2.843	114.354
Prejuízos fiscais (c)	335.464	138.908	-	474.372	170.724	(16.750)	628.346
Outras provisões	11.070	6.182	-	17.252	(17.252)	-	-
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	670.841	116.653	2.982	790.476	(6.348)	(13.907)	770.221
Tributos diferidos não reconhecidos (b)	(77.180)	(58.555)	-	(135.735)	(79.160)	-	(214.895)
Imposto de renda diferido ativo	593.661	58.098	2.982	654.741	(85.508)	(13.907)	555.326
Imposto de renda diferido passivo	(2.546)			-			-

(a) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior.

(b) Refere-se à imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

- (c) Em 07 de Outubro de 2022, foi publicada a Portaria PGFN Nº 8.798/22. Dentre outras providências, disciplina sobre a liquidação antecipada de acordos tributários ("Quitapgn") feitos com base no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("Perse"), instituído pela Lei 14.148/22. Conforme tal Portaria, a entidade deve liquidar, em dinheiro, o mínimo de 30% do saldo da dívida. Quanto ao saldo remanescente (70%), a entidade pode antecipar (quitar) utilizando créditos advindos de prejuízos fiscais acumulados. Em dezembro de 2022, a CVC aderiu ao Quitapgn. Por isso, o montante de R\$ 23.926 será totalmente liquidado mediante: (i) pagamento, em espécie, de R\$ 7.178 em 6 (seis) prestações; e (ii) compensação (já realizada) de R\$ 16.748 com a utilização de prejuízos fiscais, ocasionando a redução dos saldos de Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos.

15.3 Compensação dos impostos diferidos

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2027	48.422	64.896
Ano Calendário 2028	65.530	85.446
Ano Calendário 2029	76.956	99.191
Ano Calendário 2030	86.861	111.379
Ano Calendário 2031	79.764	52.539
Total reconhecido	357.533	413.451
Tributos não reconhecidos (prejuízo fiscal)	136.558	214.895
Total dos prejuízos fiscais	494.091	628.346

Em função da Lei Perse a alíquota utilizada é 0% para imposto de renda e contribuição social até março de 2027.

16.Contas a pagar – Aquisição de controlada

16.1 Contas a pagar de aquisição de controlada

O saldo de contas a pagar refere-se à aquisição da Submarino Viagens. O saldo a pagar está sendo corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. A movimentação do contas a pagar é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2021	66.153
Valores pagos no ano de 2021	(471)
Juros incorridos no ano 2021	2.900
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021	68.582
Circulante	4.040
Não circulante	64.542
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2022	68.582
Valores pagos no ano de 2022	(359)
Juros incorridos no ano 2022	8.473
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022	76.696
Circulante	4.319
Não circulante	72.377



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

O saldo a pagar será liquidado da seguinte forma:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	4.040
2023	4.319	3.862
2024	3.532	3.692
2025 em diante (a)	68.845	56.988
Total	76.696	68.582

(a) O valor das parcelas anuais é calculado com base no volume de transações feitas pela Companhia, sendo que a última parcela tem vencimento em 2025, porém o prazo do contrato pode se estender por mais 10 anos caso os valores não sejam totalmente pagos.

16.2 Contas a pagar de aquisição de investida

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Viatrix Viagens (a)	842	3.037	415	3.037
Visual Turismo (b)	-	-	245	-
Esferatur (c)	17.679	14.704	16.530	29.516
Total contas a pagar de aquisição de investida	18.521	17.741	17.190	32.553
Total contas a pagar de aquisição de controlada	4.319	72.377	4.040	64.542
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida	22.840	90.118	21.230	97.095

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Viatrix Viagens (a)	842	3.037	415	3.037
Visual Turismo (b)	-	-	245	-
Camden (d)	-	-	10.304	-
Esferatur (c)	17.679	14.704	16.530	29.516
Total contas a pagar de aquisição de investida	18.521	17.741	27.494	32.553
Total contas a pagar de aquisição de controlada	4.319	72.377	4.040	64.542
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida	22.840	90.118	31.534	97.095

(a) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Viatrix, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2027. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(b) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Visual, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2022. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os atuais diretores da Visual são ex-acionistas.

(c) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Esferatur, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2024. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(d) Atrelado ao pagamento de earnout referente a aquisição da Camden.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito é de R\$ 1.414.018 (R\$ 1.371.723 em 31 de dezembro de 2021), representado por 277.247.309 (224.934.809 em 31 de dezembro de 2021), ações ordinárias e sem valor nominal.

As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se à:



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Aumento de capital em 26 de junho, mediante a emissão de 52.312.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante total de R\$ 402.807, dos quais (i) 10,5%, equivalentes a R\$ 42.295, foram destinados ao capital social da Companhia; e (ii) 89,5%, equivalentes a R\$ 360.512 líquido dos gastos para emissão das ações (Os gastos totalizaram o montante de R\$ 24.678) foram destinados à reserva de capital da Companhia.

As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se à:

- (a) Emissão de 28.348.679 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 3 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 363.902 decorrente de exercício de bônus de subscrição pelos seus acionistas. Os custos com emissão de ações foi R\$ 3.881, líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital; e
- (b) Emissão de 23.757.551 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, integralizadas em 31 de agosto de 2021, no valor de R\$ 454.244 decorrente de subscrição privada pelos seus acionistas, sendo registrado na rubrica de capital social o montante de R\$41.110, ágio na emissão de ações no valor de R\$ 413.144 e seus custos com emissão de ações foi R\$ 5.656 líquido do efeito de imposto de renda e contribuição social, e foram registrados na rubrica de reserva de capital.

17.2 Opções de compra de ações

O Grupo concede remuneração na forma de pagamento com base em ações a seus principais executivos e administradores. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) a medida em que o serviço é prestado em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data de exercício.

Adicionalmente, os beneficiários devem manter o vínculo empregatício, conforme definido pelo plano de pagamento baseado em ações da Companhia anterior ao exercício da opção outorgada e deve observar o exercício de *lock-up* de um ano após a data de aquisição. As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, as quais os direitos de exercício tenham sido adquiridos, deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

17.3 Planos de incentivo

PLANO ILP 2017

Em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações da Companhia – CVC” (“ILP CVC”), destinado aos diretores atuais e futuros da Companhia, diretores de sociedades controladas e determinados empregados da Companhia ou das sociedades controladas (gerentes com alto potencial).



Nos termos do ILP CVC, para fazer jus ao direito de receber ações restritas da Companhia, o participante, a seu exclusivo critério, deverá utilizar percentual de sua remuneração variável (PPR) para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário da B3. Tendo o participante utilizado sua remuneração variável para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário, o Conselho de Administração da Companhia conceder-lhe-á o direito de receber um número de ações restritas, sem nenhum custo ao participante, após transcorrido o exercício de *lock-up*, da seguinte forma:

(a) caso o participante tenha utilizado até 50% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à mesma quantidade (100%) de ações adquiridas no mercado secundário;

(b) caso o participante tenha utilizado mais que 50% e até 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à 125% do número de ações adquiridas no mercado secundário; e

(c) caso o participante tenha utilizado mais que 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante um número de ações restritas que será correspondente a 150% do número de ações adquiridas no mercado secundário.

Os participantes terão direito de receber as ações restritas e a Companhia terá a obrigação de transferir tais ações restritas somente após transcorrido o exercício de *lock-up*. Para fins do ILP CVC, o exercício de *lock-up* significa o exercício de três anos contado da data de aquisição das ações próprias pelo participante, devidamente demonstrado à Companhia pelo comprovante de aquisição das ações no mercado secundário, durante o qual o participante não poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia quaisquer tais ações adquiridas no mercado secundário, sob pena de, ao final de tal exercício, a Companhia não transferir ao participante as ações restritas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram alterações em determinados termos e condições o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações (“ILP CVC”).

O ILP CVC, com as alterações ora propostas (“Novo ILP CVC”), preserva as suas características, inclusive com relação a seus objetivos e regras de administração. As principais alterações propostas no Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo estão sumarizadas abaixo:

(i) Ampliação do rol de pessoas elegíveis ao plano, que passa a contemplar também os diretores, estatutários ou empregados, de sociedades subsidiárias ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia, em até 100%, de acordo com a performance;

(ii) ampliação do limite de empregados (gerentes de alto potencial) da Companhia, de subsidiárias ou sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, que são elegíveis para participar do plano de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) do total do quadro de gerentes;

(iii) alteração de limite máximo de diluição de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao ano em exercício de 10 (dez) anos, totalizando 3% (três por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, para diluição máxima de 3% (três por cento) acumulada no exercício de até 6 (seis) anos;



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

(iv) inclusão de exercício de restrição de 12 (doze) meses após a aquisição como condição para a elegibilidade “Pessoas Elegíveis” provenientes de sociedades integral ou parcialmente adquiridas pela Companhia;

(v) criação de plano de entrega de ações restritas sem *matching*, limitado a 20% da diluição prevista no programa com *matching*.

Plano de Incentivo CEO 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária em 24 de março de 2020 foi aprovado um novo Plano de Incentivo Baseado em Ações CEO 2020 (“ILP CEO 2020”) destinado ao novo diretor presidente da Companhia. Nos termos do ILP CEO 2020, o executivo elegível terá direito, observadas determinadas condições descritas no Plano, de receber ações restritas da Companhia de forma não onerosa.

O Plano de Incentivo CEO 2020, que segue o modelo de ações restritas, prevê a entrega gradual de ações de emissão da Companhia ao beneficiário, condicionada a sua permanência na Companhia, seguindo cronograma indicado no documento, que estabelece: (i) a entrega de 1/3 das ações em até 30 dias da assinatura do respectivo contrato de concessão; (ii) a entrega de 1/3 das ações em até 1 ano da assinatura do contrato; e (iii) a entrega de 1/3 das ações em até 2 anos da assinatura do contrato.

PLANO ILP 2020

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, dentre outras matérias, aprovou a proposta do ILP 2020, que tem por objetivo recompensar os participantes que contribuem para o melhor desempenho da Companhia e valorização das ações, especialmente considerando o atual momento desafiador da economia no qual a Companhia ocupa papel de destaque para a retomada do setor de turismo.

O ILP 2020 não cancela ou altera qualquer dos demais planos de opção ou remuneração baseados em ações atualmente em vigor do Grupo. O ILP 2020 busca, assim, (i) alinhar os interesses dos acionistas do Grupo aos dos participantes no êxito e na consecução dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas; e (ii) possibilitar à Companhia e às Controladas atrair e manter a ela vinculados os participantes.

Poderão ser indicados para participar do ILP 2020 os empregados e administradores considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas indicados pelo Conselho de Administração, independentemente de sua data de admissão como empregado ou posse em cargo na administração do Grupo.

a. Potenciais beneficiários

Serão beneficiários os empregados e administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas e que sejam indicados pelo Conselho de Administração (“participantes”).

b. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP 2020 é de 8.000.000 (oito milhões) ações de emissão da Companhia (“ações referência”). O número total de ações que será entregue aos participantes dependerá do cálculo realizado nos termos do ILP 2020.

c. Condições de aquisição

A outorga de ações referência aos participantes no âmbito do ILP 2020 será gratuita e estará sujeita e dependerá do cumprimento e/ou verificação, conforme o caso, dos termos e condições previstas no ILP 2020 e nos contratos que forem celebrados com os participantes (“contrato”). Cada contrato contemplará uma quantidade de ações referência em relação às quais os respectivos participantes terão calculada a sua remuneração em ações (“remuneração em ações”).

A quantidade de ações a ser entregue a cada participante como remuneração em ações será calculada da seguinte forma:

$$\text{Quantidade de Ações} = \frac{[(A - B) * C] - D}{A}$$

Onde,

(A) corresponde ao preço atualizado (o valor de cada ação de emissão da Companhia calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento nos 30 (trinta) últimos pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3, contados retroativamente da data da entrega ou de cada data de antecipação);

(B) corresponde ao preço inicial (calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 11 de novembro de 2020);

(C) corresponde ao número de ações referência outorgadas ao participante; e

(D) corresponde ao valor do imposto de renda retido na fonte e/ou quaisquer outros tributos sobre a remuneração em ações que sejam devidos pelos participantes. O pagamento da remuneração em ações será obrigatoriamente e parcialmente antecipado aos participantes nas datas (“data de antecipação”) e nos percentuais abaixo indicados, desde que na data em questão o preço atualizado seja superior ao preço de referência (preço inicial acrescidos em 10%):

Data de Antecipação	Percentual da Remuneração em Ações Possível de Antecipação
31.03.2021	10%
31.03.2022	15%
31.03.2023	20%
31.03.2024	25%

PLANO ILP TALENTOS

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de setembro de 2021, foi aprovado o novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações para colaboradores da Companhia nos níveis de Diretor, Gerente Executivo, Gerente, Coordenador e Especialista recomendados pelo comitê gestor e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (“ILP Talentos”).

O ILP Talentos estabelece os termos e condições para a concessão anual aos Participantes, pela Companhia, de Unidades que poderão, ao fim do prazo de carência e observados os termos nele dispostos, resultar na outorga de Ações Restritas aos Participantes.

Ele é dividido em quatro Programas, os quais serão emitidos anualmente por determinação do Conselho de Administração, observado o seguinte disposto: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Unidades objeto do respectivo Programa; e (iii) a faixa de número de salários mensais por nível de cargo a ser considerada para o múltiplo de salários mensais dos Participantes.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Para cada Programa, a elegibilidade de cada Participante estará sujeita a avaliação e ratificação pelo Comitê Gestor, a qual levará em consideração a performance individual de cada Participante na Companhia, e posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Poderão ser concedidas Ações Restritas no âmbito deste Plano até o máximo de 1,8% (um vírgula oito por cento) do total de Ações do capital social da Companhia na data de aprovação do ILP Talentos. A quantidade de Ações Restritas outorgadas aos Participantes deverá ser ajustada para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados em razão de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações. A fim de honrar o pagamento da Remuneração em Ações devida aos Participantes, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente equivalente à Remuneração em Ações, calculada na forma do ILP Talentos, do Programa e de cada Contrato.

Observados os termos previstos no ILP Talentos e nos Programas, o Participante receberá, a título gratuito, uma quantidade de Unidades correspondente ao quociente da divisão de determinado múltiplo de salários mensais do Participante pela Cotação de Mercado da Ação. Para fins de clareza, a determinação da quantidade de Unidades a serem concedidas será calculada da seguinte forma:

$$\text{Número de Unidades} = \frac{MSM}{CMA}$$

Onde,

“MSM” = Múltiplo de salários mensais do Participante; e

“CMA” = Cotação de Mercado da Ação.

As Unidades concedidas a cada Programa terão o prazo de carência de 3 (três) anos contados a partir da Data de Concessão de cada Programa, o qual será segmentado em 3 (três) parcelas, conforme cronograma previsto na Proposta da Administração anexa à ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o ILP Talentos, para darem direito ao recebimento de Ações Restritas.

O ILP Talentos substitui o Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017 (“Plano ILP 2017”), sendo certo que os contratos de concessão de ações restritas e outras avenças celebrados no âmbito do Plano ILP 2017 manter-se-ão com relação aos respectivos participantes até sua liquidação integral nos termos ali previstos.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) estão detalhadas abaixo:

	(Em milhares de opções)				(Em milhares de ações)					
	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC			ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP Talentos
	Tranche 2.1 a 2.3	Tranche 4.1 a 4.3	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4			
01 de janeiro de 2021	64	106	333	319	70	180	-	400	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	303	300	8.450	351
Exercidas	-	-	-	-	(67)	(43)	(1)	(400)	(775)	-
Canceladas	-	-	(207)	-	(3)	(25)	(12)	-	(1.498)	-
31 de dezembro de 2021	64	106	126	319	-	112	290	300	6.177	351
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	235	970
Exercidas	-	-	-	-	-	(87)	(22)	(300)	-	(55)
Canceladas	-	-	-	-	-	(25)	(67)	-	(1.240)	(167)
31 de dezembro de 2022	64	106	126	319	-	-	201	-	5.172	1.099

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.905 alocado em despesas gerais e administrativas, líquido de encargos sociais (R\$ 18.743 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

Detalhes	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC					
	Tranche 2.1	Tranche 4.1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP talentos
Data de início (primeira outorga)	10/11/2013	10/11/2011	31/08/2014	09/12/2015	28/04/2017	16/05/2017	21/05/2021	07/07/2021	05/02/2021	01/10/2021
Quantidade de opções - TBO (milhares)	64	106	126	319	-	-	201	-	5.172	1.099
Valor de exercício - R\$	R\$22,46	R\$11,82	R\$14,81	R\$12,87	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	44,35%	30,58%	33,75%	38,33%	36,22%	36,22%	36,22%	N/A	56,55%	N/A
Prazo maturidade estimado	5 anos	5 anos	4,4 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos	5 anos	6 anos
Valor justo médio na data da outorga	R\$ 14,44	R\$ 5,07	R\$ 6,19	R\$ 7,51	R\$ 51,00	R\$ 53,57	R\$ 23,57	R\$ 9,40	R\$ 7,29	R\$ 22,95



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

17.4 Ágio em transações de capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 183.846 e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores.

17.5 Aquisição de não controladores

Conforme divulgado na nota explicativa 01, a Companhia realizou aquisições de participações de acionistas não controladores das empresas Avatrip.com SRL, Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A., Ola S.A., Candem Enterprises LLC e VHC Hospitality LLC. Com esta transação a Companhia passou a deter 100% de participação nestas empresas.

17.6 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 8.326 ações em tesouraria (8.462 em 31 de dezembro de 2021) no montante de R\$ 120 (R\$ 122 em 31 de dezembro de 2021). As movimentações ocorridas nessa rubrica se referem a recompras de ações e transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações descritos na nota 17.3.

18. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente transações referente a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a Controladora e suas controladas.

As condições e os montantes destas estão demonstrados abaixo:

18.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2022	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino Viagens	138.974	36.859
Grupo Trend (a)	56.796	6.181
CVC Turismo S.A.U (b)	18.868	23.893
Grupo Bibam	3.172	-
Almundo	19.535	2.347
Esferatur (a)	27.797	596
Ola (c)	1.253	-
CVC Portugal	2	-
Viatrix Viagens	174	-
Rextur Advance	4.835	5.302
Total de op. Intercompany	271.406	75.178
Grupo Trend	830	-
Total de AFAC	830	-
Total	272.236	75.178



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

	Controladora	
	31/12/2021	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino Viagens	48.595	11.462
Visual Turismo (a)	7.431	641
Grupo Trend (a)	24.730	3.115
CVC Turismo S.A.U (b)	18.868	23.893
Grupo Bibam	3.172	-
Almundo	19.532	217
Esferatur (a)	10.564	1.045
Ola (c)	1.251	-
Total de op. Intercompany	134.143	40.373
Almundo	170	-
Total de AFAC	170	-
Total	134.313	40.373

(a) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

(b) Referem-se a despesas com a Diretoria do Grupo Bibam e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar.

(c) Refere-se ao pagamento de títulos da OLA S.A realizados pela CVC.

18.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração

A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e outros benefícios de curto prazo	55.724	45.306
Pagamentos baseados em ações	1.905	25.611
Total	57.629	70.917

19. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil:

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contratos a embarcar	766.924	899.819	844.615	970.771
Carta de crédito (a)	237.178	635.758	292.695	761.145
Adiantamento (b)	34.228	26.991	157.435	247.043
Reembolso (c)	53.444	100.457	70.169	142.971
Outros	3.757	3.329	4.985	15.992
Total	1.095.531	1.666.354	1.369.899	2.137.922
Circulante	1.093.255	1.656.804	1.363.735	2.112.446
Não circulante	2.276	9.550	6.164	25.476

(a) A Companhia vem oferecendo a remarcação das reservas e dos serviços que foram adiados ou a concessão de crédito para uso ou abatimento na compra futura de outras reservas ou serviços de turismo, segundo a conveniência do próprio consumidor (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram baixadas cartas de créditos concedidas a passageiros no montante de R\$ 116.313 na controladora e R\$ 139.993 no consolidado, foram baixados também os respectivos custos associados a estas cartas de créditos (comissões pagas a franqueados e antecipações a fornecedores - cias aéreas).



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

(b) São créditos adquiridos pelos clientes na modalidade vale viagem (o cliente paga mensalmente as parcelas e vai acumulando o crédito para utilizar futuramente na conversão de um pacote/produto), com a CVC, na qual ainda não existe uma reserva vinculada, o cliente ainda não adquiriu ou solicitou pacote/produto. Exercício de expiração de 18 meses sem direito a reembolso.

(c) Na hipótese de restarem impossibilitados o oferecimento de remarcação ou o crédito ao consumidor, o Grupo restituirá o valor ao consumidor em 31/12/2022, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022 e em 31/12/2023, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Para os serviços aéreos, a Companhia também manteve a oferta para remarcação das reservas, concessão de crédito ou reembolso dos valores pagos, conforme disponibilidade e regras tarifárias das Companhias Aéreas e as condições previstas pela Lei 14.034/20, que teve sua vigência apenas até 31.12.2021 (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

20. Receita líquida de intermediação

Política contábil:

As principais fontes de receita da Companhia são:

- a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento marítimo) que compreende a comercialização de cabines exclusivas de um navio para clientes residentes no Brasil;
- b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e
- c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto fretamento marítimo, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes. Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como 'agente' ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de 'agente', reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros. Com relação ao resultado da avaliação para o produto denominado fretamento marítimo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente; portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como 'principal' na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

- a) a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e
- b) demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

a) receita de venda das cabines e seus respectivos custos dos serviços prestados no momento do embarque.

Provisão para ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza provisão para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Doméstico	493.923	467.598	656.566	622.469
Internacional	262.514	93.852	583.388	259.052
Cruzeiro marítimos	(5.766)	(240)	27.413	7.548
Receita bruta de intermediação	750.671	561.210	1.267.367	889.069
Receita bruta de intermediação	750.671	561.210	1.267.367	889.069
Impostos sobre venda	(25.825)	(37.660)	(45.772)	(63.203)
Receita líquida de intermediação	724.846	523.550	1.221.595	825.866

21. Despesas operacionais

Política contábil:

Custos operacionais

O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento de navio quando atua como principal nas vendas desses pacotes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o grupo não efetuou vendas com essa classificação.

Despesas operacionais

O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (c)	(384.746)	(338.385)	(617.522)	(544.778)
Serviços de terceiros (a)	(79.977)	(123.704)	(268.278)	(292.355)
Taxa de cartão de crédito	(57.067)	(39.293)	(92.600)	(50.380)
Depreciação e amortização	(89.489)	(71.109)	(203.180)	(208.588)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(38.935)	(2.791)	(48.399)	1.835
Outros (b)	(120.319)	(137.963)	(28.252)	(175.242)
Total	(770.533)	(713.245)	(1.258.231)	(1.269.508)
Despesas de vendas	(120.802)	(90.749)	(194.865)	(161.599)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(38.935)	(2.791)	(48.399)	1.835
Despesas gerais e administrativas	(546.400)	(566.542)	(1.111.626)	(1.009.544)
Despesas gerais e administrativas	(456.911)	(495.433)	(908.446)	(800.956)
Depreciação e amortização	(89.489)	(71.109)	(203.180)	(208.588)
Outras receitas (despesas) operacionais	(64.396)	(53.163)	96.659	(100.200)
Total	(770.533)	(713.245)	(1.258.231)	(1.269.508)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.

(b) Outras despesas gerais e administrativas incluem:

i. Receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, entre outras receitas pulverizadas, essas reversões totalizaram R\$ 115.154 (R\$ 42.131 em 31 de dezembro de 2021).

ii. Ganhos e perdas operacionais por gastos não associados a reservas embarcadas, incluindo incentivos recebidos de fornecedores.

iii. Custos com remarcações junto à Companhias aéreas, comissões com terceiros não recuperadas em função de remarcações e viagens canceladas. Esses custos não existiam no curso normal de suas operações, dessa forma tais custos estão sendo gerados exclusivamente em função da Pandemia de Covid-19. Após um ano de pandemia e com base na prorrogação da Lei 14.174/2021 que alterou a Lei 14.034/20, que foi sancionada durante o exercício, ocorreram novas remarcações, e acertos financeiros com Companhias aéreas e outros fornecedores incorrendo em gastos adicionais no exercício.

iv. Ganhos e perdas decorrentes da expiração de cartas de créditos concedidas a passageiros por cancelamentos oriundos da COVID-19. O resultado dessas expirações foi de R\$ 17.028 na controladora e R\$ 23.597 no consolidado e são compostos pelos valores de cartas de crédito baixadas (R\$ 113.940 na controladora e R\$ 137.619 no consolidado) e custos associados a reservas de R\$ 96.912 na controladora e R\$ 114.022 no consolidado).

(c) Durante o terceiro trimestre de 2022, a Companhia aprovou um plano de reestruturação "rightsizing" de forma a redimensionar sua estrutura interna visto as automatizações processuais e recentes sinergias organizacionais. Os gastos com a implementação deste plano de reestruturação foram de R\$ 10,6 milhões que consistem majoritariamente no pagamento de R\$ 3,7 milhões de indenizações trabalhistas e outros gastos ocorridos com a execução do plano.

22. Resultado financeiro

Política contábil:

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Encargos financeiros (a)	(174.112)	(100.540)	(198.113)	(115.518)
Taxa de serviços financeiros (b)	(18.325)	(28.185)	(19.277)	(29.752)
Juros das aquisições	(12.919)	(5.940)	(12.919)	(6.005)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(4.927)	(1.730)	(12.132)	(2.371)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(83.728)	(15.540)	(96.256)	(20.768)
Juros passivos – IFRS 16	(2.413)	(1.343)	(5.593)	(5.847)
Outros (c)	(18.906)	(19.725)	(31.171)	(25.471)
Total de despesas financeiras	(315.330)	(173.003)	(375.461)	(205.732)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	27.802	15.710	63.639	44.528
Juros ativos	5.413	6.371	7.696	8.969
Atualização de depósito judiciais	7.025	7.396	7.027	7.435
Outros	1.798	5.966	1.954	6.332
Total de receitas financeiras	42.038	35.443	80.316	67.264
Variação cambial, líquida (d)	(17.078)	9.096	(14.356)	36.806
Despesas financeiras, líquidas	(290.370)	(128.464)	(309.501)	(101.662)

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures e tarifas bancárias.

(b) Refere-se ao deságio nas operações de cessão de direitos creditórios com instituições financeiras.

(c) Inclui atualização das contingências não materializadas, variação do valor justo de opções de compra (Ola e Bibam), entre outros.

(d) Inclui principalmente o efeito da não efetividade do hedge.



23. Prejuízo por ação

Política contábil:

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício. As ações em tesouraria, descritas na Nota 17.6, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(433.441)	(476.343)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	252.301	206.518
Prejuízo por ação - básico (R\$)	(1,72)	(2,31)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	252.301	206.518
Efeito antidiluidor: Pagamento baseado em ações (milhares de ações) (a)	6.472	7.429
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição (em milhares de ações)	258.773	213.947
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	(1,72)	(2,31)
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2021		206.518
Efeito das ações emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022		45.783
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		252.301
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)		
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		252.301
Efeito das opções de ações ao serem exercidas		6.472
Média ponderada de ações ordinárias (diluído)		258.773

(a) Quando da sua conversão efetiva em ações, o efeito dos pagamentos baseados em ações na apuração do prejuízo por ação será uma redução, dessa forma se configura como efeito antidiluidor.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora						
	01/01/2022	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2022
Debêntures – Circulante	218.646	(100.000)	(160.288)	166.909	-	568.468	693.735
Debêntures - Não circulante	771.418	-	-	-	-	(568.468)	202.950
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	21.230	-	-	-	-	1.610	22.840
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante (a)	97.095	(41.325)	(15.073)	15.650	35.381	(1.610)	90.118
Passivo de arrendamento	20.630	(11.934)	(2.413)	2.413	26.565	-	35.261
Total	1.129.019	(153.259)	(177.774)	184.972	61.946		1.044.904

	Consolidado						
	01/01/2022	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2022
Debêntures – Circulante	218.646	(100.000)	(160.288)	166.909	-	568.468	693.735
Debêntures - Não circulante	771.418	-	-	-	-	(568.468)	202.950
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	31.534	(10.304)	-	-	-	1.610	22.840
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante (a)	97.095	(41.325)	(15.073)	15.650	35.381	(1.610)	90.118
Passivo de arrendamento	40.540	(16.440)	(5.593)	5.284	36.516	-	60.307
Total	1.159.233	(168.069)	(180.954)	187.843	71.897		1.069.950

(a) Trata-se de efeito não-caixa oriundo de combinação de negócio, apresentado na linha de Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas no ajuste ao lucro na demonstração do fluxo de caixa.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

Controladora								
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2021
Empréstimos – Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.058	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-	-
Debêntures – Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)	218.646
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231	771.418
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	44.302	-	-	-	-	-	(23.072)	21.230
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	109.475	(38.691)	(1.820)	5.059	-	-	23.072	97.095
Passivo de arrendamento	25.465	(7.364)	(1.343)	1.343	-	2.529	-	20.630
Total	1.711.665	(1.039.985)	(83.562)	101.967	436.405	2.529	-	1.129.019

Consolidado								
	01/01/2021	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Novas captações	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2021
Empréstimos – Não circulante	425.624	(439.425)	(1.121)	14.922	-	-	-	-
Debêntures – Circulante	353.554	(544.706)	(79.278)	94.902	436.405	-	(42.231)	218.646
Debêntures - Não circulante	729.187	-	-	-	-	-	42.231	771.418
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	44.302	-	-	-	-	10.304	(23.072)	31.534
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	110.665	(38.696)	(1.820)	5.129	-	(1.255)	23.072	97.095
Instrumentos financeiros derivativos, líquido	24.059	(9.799)	-	(14.259)	-	-	-	1
Passivo de arrendamento	51.103	(10.929)	(5.847)	5.847	-	366	-	40.540
Total	1.738.494	(1.043.555)	(88.066)	106.541	436.405	9.415	-	1.159.234

25. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento (a)	26.565	2.529	36.516	366
Redução de dívida – aquisição de partes relacionadas/ investimento	-	-	-	9.044
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(1.597)	(2.628)	(1.597)	(20.187)
Compensação IRPJ e CSLL diferidos	16.748	-	16.748	-
Reserva para aquisição de não controladores	-	1.305	-	1.305
Aumento de capital Assunção de dívida	-	633.752	-	-
Ações em Tesouraria	-	1.645	-	1.645
Total	41.716	636.603	51.667	(7.827)

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 13.

26. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no exercício de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2022
Risco civil	82.933
Responsabilidade civil administradores e diretores	168.199
Riscos gerais/cíveis	1.303.141
Total	1.554.273

27. Segmento reportáveis

Política contábil:

O CPC 22 (IFRS 8) — Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os Segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisão sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. A melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina. Os resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

27.1 Resultados por segmento

	31/12/2022		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	960.288	261.307	1.221.595
Lucro Bruto	960.288	261.307	1.221.595
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(138.219)	(56.646)	(194.865)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(47.653)	(746)	(48.399)
Despesas gerais e administrativas	(877.408)	(234.218)	(1.111.626)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(735.209)</i>	<i>(173.237)</i>	<i>(908.446)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(142.199)</i>	<i>(60.981)</i>	<i>(203.180)</i>
Equivalência patrimonial	(937)	-	(937)
Outras despesas (receitas) operacionais	43.816	52.843	96.659
Prejuízo antes do resultado financeiro	(60.113)	22.540	(37.573)
Resultado financeiro	(292.464)	(17.037)	(309.501)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(352.577)	5.503	(347.074)
Imposto de renda e contribuição social	(85.247)	(1.120)	(86.367)
Corrente	(819)	(40)	(859)
Diferido	(84.428)	(1.080)	(85.508)
Prejuízo do exercício	(437.824)	4.383	(433.441)
Atribuído a acionistas controladores	(437.824)	4.383	(433.441)
Atribuído a acionistas não controladores	-	-	-
	31/12/2021		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	706.728	119.138	825.866
Lucro Bruto	706.728	119.138	825.866
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(105.534)	(56.065)	(161.599)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.845	(1.010)	1.835
Despesas gerais e administrativas	(828.957)	(180.587)	(1.009.544)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(703.992)</i>	<i>(96.964)</i>	<i>(800.956)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(124.965)</i>	<i>(83.623)</i>	<i>(208.588)</i>
Outras despesas (receitas) operacionais	(108.441)	8.241	(100.200)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(333.359)	(110.283)	(443.642)
Resultado financeiro	(129.247)	27.585	(101.662)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(462.606)	(82.698)	(545.304)
Imposto de renda e contribuição social	61.772	(3.110)	58.662
Corrente	784	(220)	564
Diferido	60.988	(2.890)	58.098
Prejuízo do exercício	(400.834)	(85.808)	(486.642)
Atribuído a acionistas controladores	(401.427)	(74.916)	(476.343)
Atribuído a acionistas não controladores	593	(10.892)	(10.299)



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022

27.2 Ativos e passivos por segmento

Ativo	31/12/2022			31/12/2021		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Ágio	308.292	-	308.292	308.292	-	308.292
Ativo intangível	609.399	212.742	822.141	690.998	108.829	799.827
Ativo imobilizado	28.066	8.083	36.149	31.073	7.167	38.240
Contas a receber de clientes	480.690	34.766	515.456	1.016.843	76.031	1.092.874
Adiantamento a fornecedores	415.495	29.625	445.120	692.369	21.812	714.181
Despesas pagas antecipadamente	61.306	1.947	63.253	60.418	2.863	63.281
Direito de uso de arrendamento	54.294	283	54.577	33.614	1.331	34.945
Outros ativos por segmento	178.845	109.946	288.791	225.248	130.002	355.250
	2.136.387	397.392	2.533.779	3.058.855	348.035	3.406.890
Ativos não alocados			1.383.787			1.550.299
Total do ativo			3.917.566			4.957.189
Passivo	31/12/2022			31/12/2021		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Fornecedores	542.739	210.669	753.408	496.316	175.128	671.444
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.258.787	111.112	1.369.899	1.945.622	192.300	2.137.922
Outros passivos por segmento	257.713	70.055	327.768	315.497	65.113	380.610
	2.059.239	391.836	2.451.075	2.757.435	432.541	3.189.976
Passivos não alocados			1.150.011			1.391.921
Total do passivo			3.601.086			4.581.897

28.Eventos Subsequentes

Reperfilamento das debêntures

Em 10 de março de 2023 a Companhia emitiu fato relevante onde comunica que chegou, naquela data, em um acordo com os debenturistas representando mais de 75% das debêntures em circulação da 4ª emissão de cada série (“Debêntures da 4ª Emissão”) e 100% das debêntures em circulação da 5ª emissão (“Debêntures da 5ª Emissão” e, em conjunto, “Debêntures”), sobre os principais termos e condições do Reperfilamento das Debêntures. Conforme acordos firmados o percentual mínimo de 75% representa R\$ 467 milhões.

Esses termos estão disponíveis no referido fato relevante e a implementação do Reperfilamento está sujeita à concordância desses debenturistas em relação aos documentos definitivos do Reperfilamento, que foi disponibilizado via edital no dia 13/03/2023 bem como de sua aprovação nas respectivas assembleias gerais de debenturistas que está agendado para ocorrer em 06/04/2023.